

**--- N.º 7/2019 ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE VINTE E SETE DE SETEMBRO DE DOIS MIL E DEZANOVE. -----**

--- Aos vinte e sete dias do mês de setembro de dois mil e dezanove, nesta cidade de Vila Nova de Famalicão, reuniu, ordinariamente, no seu salão, a Assembleia Municipal deste concelho, com a seguinte: -----

**-----ORDEM DE TRABALHOS-----**

**---PRIMEIRO PONTO** – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D) -----

**---SEGUNDO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 4.600.000,00€ (QUATRO MILHÕES E SEISCENTOS MIL EUROS), PARA AQUISIÇÃO DE INSTALAÇÕES, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

**---TERCEIRO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 526.986,83€, ATRAVÉS DO EQ BEI – LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS, PARA A OBRA “PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL OPERAÇÃO NORTE-05-2316-FEDER-000068”, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

**---QUARTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 296.443,27€, ATRAVÉS DO EQ BEI – LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS, PARA A OBRA “REABILITAÇÃO DO TEATRO NARCISO FERREIRA OPERAÇÃO NORTE-05-2316-FEDER-000085”, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

**---QUINTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVAMENTE À ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, DESTINADO À CELEBRAÇÃO DAS NOVAS APÓLICES DE SEGUROS, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 1.414.200,€ (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E CATORZE MIL E DUZENTOS EUROS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

**---SEXTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVAMENTE À ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, DESTINADO AOS

TRANSPORTES PÚBLICOS PARA O “PASSE SÉNIOR FELIZ”, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 240.000,00€ (DUZENTOS E QUARENTA MIL EUROS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**SÉTIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVAMENTE À ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, DESTINADO À CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES DO “PARQUE DA DEVESA”, COM MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 220.200,00€ (DUZENTOS E VINTE MIL E DUZENTOS EUROS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**OITAVO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVAMENTE À ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, DESTINADO AO FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 1.773.196,80€ (UM MILHÃO, SETECENTOS E SETENTA E TRÊS MIL, CENTO E NOVENTA E SEIS EUROS E OITENTA CÊNTIMOS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**NONO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO "CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS", PARA EXECUÇÃO TRABALHOS E OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EM ESTRADAS MUNICIPAIS/CAMINHOS MUNICIPAIS NA FREGUESIA DE RIBEIRÃO, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 156.880,00€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

---**DÉCIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DOS "CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS", PARA EXECUÇÃO TRABALHOS E OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EM ESTRADAS MUNICIPAIS/CAMINHOS MUNICIPAIS NAS FREGUESIAS DE GONDIFELOS, CAVALÕES, OUTIZ E REQUIÃO, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 196.000,00€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **DÉCIMO PRIMEIRO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A

FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE GLOBAL DE 74.500,00€ (SETENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS EUROS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **DÉCIMO SEGUNDO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÕES AOS ARTIGOS DO CÓDIGO REGULAMENTAR SOBRE A CONCESSÃO DE APOIOS NOS ESTUDOS AOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR ATRAVÉS DA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO, E APOIO À HABITAÇÃO “CASA FELIZ”, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **DÉCIMO TERCEIRO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA DESAFETAR DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, A PARCELA DE TERRENO, COM A ÁREA DE 204,00 METROS QUADRADOS IDENTIFICADA COMO LOTE N.º 57, CEDIDA AO MUNICÍPIO COM A EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 32/2002, SITA NA RUA DO COMÉRCIO, NO LUGAR DA TERRA NEGRA DA FREGUESIA DE VILARINHO DAS CAMBAS DESTE CONCELHO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **DÉCIMO QUARTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DEFINIR EM 5% A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)---

--- **DÉCIMO QUINTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LANÇAMENTO DA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2019. ISENTAR DA DERRAMA DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2019, OS SUJEITOS PASSIVOS COM UM VOLUME DE NEGÓCIOS NO ANO ANTERIOR QUE NÃO ULTRAPASSE 150.000,00€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **DÉCIMO SEXTO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA VIGORAR NO ANO DE 2019, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ 2020, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **DÉCIMO SÉTIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXTENSÃO DO PRAZO DO REGIME EXCECIONAL PARA A ISENÇÃO DE

TAXAS MUNICIPAIS DE EXPLORAÇÕES AGROPECUÁRIAS, PELO PERÍODO DE DOZE MESES, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

--- **DÉCIMO OITAVO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL AO CLUBE RECREATIVO E POPULAR DE DELÃES ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 290.000,00€ (DUZENTOS E NOVENTA MIL EUROS) PARA APOIO À CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE RELVADO SINTÉTICO NO SEU CAMPO DE JOGOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **DÉCIMO NONO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 1ª CORREÇÃO MATERIAL DA 1ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **VIGÉSIMO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE APOIO AO INVESTIMENTO (PROJETO DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL PROJETO 2IN, TENDO COMO PROMOTOR A EMPRESA RACLAC, SA, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **VIGÉSIMO PRIMEIRO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS COM OS MUNICÍPIOS DE SANTO TIRSO, TROFA E VILA NOVA DE FAMALICÃO – MOBIAVE – SERVIÇOS DE MOBILIDADE E GESTÃO DE TRANSPORTES PÚBLICOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- **VIGÉSIMO SEGUNDO PONTO** – APRECIÇÃO DA PETIÇÃO APRESENTADA NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE ABRIL DE 2019. (GRELHA E) -----

--- **VIGÉSIMO TERCEIRO PONTO** – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL DE CONCURSO PÚBLICO E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO ÂMBITO DA RUBRICA DE PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----

--- A Mesa, presidida por João Nuno Lacerda Teixeira de Melo e secretariada por Luís Ângelo Rodrigues Oliveira e Heitor Rui Santos Bernardo verificou a existência de "quorum" e assinalou as seguintes presenças e faltas: -----

---ADELINO SANTOS OLIVEIRA -----

---ADELINO SILVA COSTA-----  
---AGOSTINHO SILVA VEIGA-----  
---ÁLVARO JOAQUIM COSTA OLIVEIRA-----  
---ANA FILIPA FERNANDES OLIVEIRA-----  
---ANDRÉ FILIPE FERREIRA DOS REIS-----  
---ANDRÉ LUÍS LOPES OLIVEIRA-----  
---ANDREIA FERREIRA TAVARES-----  
---ANTÓNIO AFONSO ARAÚJO REBELO-----  
---ANTÓNIO ALBERTO SIMÕES COSTA-----  
---ANTÓNIO EMÍDIO BRANDÃO PINHO-----  
---ANTÓNIO FERNANDO SANGUEDO MEIRELES-----  
---ANTÓNIO JACINTO COELHO COSTA-----  
---ANTÓNIO MANUEL CARVALHO GOMES-----  
---ARMINDO FERNANDES GOMES-----  
---ARMINDO MANUEL SAMPAIO MOURÃO-----  
---AVELINO FREITAS SILVA-----  
---CÂNDIDA JESUS DA SILVA VELOSO---**FALTOU-JUSTIFICOU**-----  
---CARLA SOFIA SANTANA AFONSO RIBEIRO FARIA-----  
---CARLOS ALBERTO DA COSTA FERNANDES-----  
---CARLOS ALBERTO COSTA GOMES-----  
---CARLOS ALBERTO COSTA PEREIRA-----  
---CATARINA ISABEL ROCHA MACHADO-----  
---CECÍLIA MARIA CARVALHO MARTINS-----  
---CLÁUDIO JOSÉ MONTEIRO CADEIA-----  
---DANIEL RIBEIRO PADRÃO SAMPAIO-----  
---DELFINO FERNANDO MACHADO ABREU-----  
---DOMINGOS PEREIRA PEIXOTO-----  
---DUARTE ANTENOR SILVA VEIGA-----  
---FERNANDO JORGE FERREIRA SILVA-----  
---FRANCISCO JOSÉ NOGUEIRA GONÇALVES-----  
---FRANCISCO RODRIGUES SÁ-----  
---GERMANO ANTONIO DA SILVA ARAÚJO-----  
---HEITOR RUI SANTOS BERNARDO-----  
---HÉLDER JOAQUIM FERNANDES PEREIRA-----

---HUGO ALEXANDRE MIRANDA SAMPAIO-----  
---JOANA ISABEL GONÇALVES SANTOS SILVA-----  
---JOÃO CARLOS PEREIRA ALVES FERREIRA-----  
---JOÃO NUNO LACERDA TEIXEIRA DE MELO-----  
---JOÃO PEDRO SAMPAIO DE ARAÚJO-----  
---JORGE PAULO SILVA OLIVEIRA-----  
---JOSÉ CARLOS SILVA LIMA-----  
---JOSÉ JOAQUIM SOUSA GONÇALVES PEREIRA-----  
---JOSÉ LUÍS SAMPAIO ALVES-----  
---JOSÉ NUNO MARQUES MOREIRA-----  
---JUDITE CELESTE RIBEIRO COSTA-----  
---LUÍS ÂNGELO RODRIGUES OLIVEIRA-----  
---LUÍS FERNANDO ANDRADE MONIZ ---**FALTOU-JUSTIFICOU**-----  
---MANUEL AUGUSTO OLIVEIRA FERREIRA-----  
---MANUEL FRANCISCO CARVALHO OLIVEIRA-----  
---MANUEL JOAQUIM FARIA SILVA-----  
---MANUEL JOAQUIM RODRIGUES CARVALHO-----  
---MANUEL NOVAIS OLIVEIRA-----  
---MANUEL SILVA ALVES-----  
---MÁRCIA FILIPA RORIZ NUNES-----  
---MARIA ESTELA SÁ VELOSO CARDONA-----  
---MARIA FÁTIMA FERNANDES COSTA-----  
---PAULA ROSA GOMES PEIXOTO DOURADO-----  
---PAULO AGOSTINHO FARIA COSTA MARQUES FOLHADELA-----  
---PAULO CÉSAR GONÇALVES MARINHO PINTO-----  
---PAULO JORGE BARBOSA OLIVEIRA-----  
---PAULO MANUEL MARQUES DA COSTA-----  
---PEDRO MIGUEL CRUZ ARAÚJO-----  
---PEDRO TIAGO SILVA OLIVEIRA-----  
---RICARDO JOSÉ MESQUITA CARVALHO COSTA-----  
---RITA SANGREMAN PROENÇA PIRES DE LIMA-----  
---RUI PEDRO PACHECO ALVES-----  
---SUSANA MARIA COSTA PEREIRA-----  
---TOMÁS MANUEL CUNHA SOUSA-----

--- Verificado o quórum deu-se início à sessão com o período de: -----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** --- Deu início à sessão colocando a votação as atas. -----

---*Posta à votação a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal de trinta e um de maio de 2019, foi a mesma aprovada, por unanimidade. Posta à votação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal de vinte e oito de junho de 2019, foi a mesma aprovada, por unanimidade.* -----

---Informou que, deram entrada na Mesa uma moção apresentada pelo Grupo Municipal da CDU e dois votos de congratulação apresentados pelo Grupo Municipal do Partido Socialista. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Fez a leitura da moção que é do respetivo teor:-----

---“ Considerando que o Passe Sénior, instituído pelo município de Famalicão, é um estímulo à mobilidade dos reformados e idosos deste concelho, pois nele veem um instrumento bastante útil e relativamente económico para aceder a vários pontos estratégicos do concelho de Vila Nova de Famalicão;-----

---Considerando que são reconhecidas muitas carências económicas de que padecem tantos idosos e que o custo mensal do Passe Sénior, somado a vários encargos diários que têm que fazer, cria dificuldades aos próprios e suas famílias; -----

---Considerando ainda o facto de este município ter atribuído aos estudantes um passe gratuito para viajarem dentro deste concelho, decisão a todos os títulos louvável;-----

---Considerando também que estas medidas ajudam a travar o uso sistemático do automóvel como meio de transporte individual, substituindo-o por transporte coletivo, menorizando os efeitos poluentes e os engarrafamentos nas ruas e avenidas circundantes da urbe;-----

A Assembleia Municipal, reunida em 27 de Setembro de 2019, saúda os reformados, pensionistas e idosos do concelho de Vila Nova de Famalicão neste seu Dia Internacional, partilha das suas diversificadas dificuldades, solidariamente, recomenda à Câmara Municipal que promova e concretize, para o próximo ano de 2020, a instituição do Passe Sénior Gratuito para este sector social, possibilitando-lhe maior mobilidade e vivência em comum”. -----

---**CARLA FARIA (PS)** - Fez a leitura do voto de congratulação que é do respetivo teor: -----

---“ A educação universal e gratuita constitui um princípio estruturante do Estado Social que decorre tanto da Constituição da República Portuguesa (CRP), como da Lei de Bases do Sistema Educativo. O Governo corporizou inteiramente tal desígnio constitucional no que diz respeito à distribuição e utilização dos manuais escolares enquanto recurso didático-pedagógico relevante, do processo de ensino e aprendizagem. Finalmente, através do Orçamento de Estado para 2019,

conclui-se a progressividade do regime de gratuidade dos manuais escolares, alargando-o a toda a escolaridade obrigatória e gratuita, passando, deste modo, a incluir todo o ensino básico e secundário da rede pública, conforme previsto no artigo 194.º da Lei n.º 71/2018, de 31 de Dezembro.-----

Este investimento na educação é uma forma de garantir o direito à igualdade de oportunidades no acesso e no êxito escolar. Pois o ensino contribui para superação de desigualdades económicas, sociais e culturais, e habilita os cidadãos a participar democraticamente numa sociedade livre e promover a compreensão mútua, a tolerância e o espírito de solidariedade. -----

O Grupo Municipal do Partido Socialista, acreditando que o futuro de Portugal passa pela valorização da educação, e porque esta medida contribui para a melhoria da igualdade de oportunidades, vem propor que a Assembleia Municipal aprove um voto de congratulação ao Governo pelo regime de gratuidade dos manuais escolares que abrange a totalidade dos alunos que frequentam a escola pública, do 1º ao 12º ano”. -----

---**JACINTO COSTA (PS)** - Fez a leitura do voto de congratulação que é do respetivo teor: -----

---“ No dia 25 de setembro de 1919 nasceu em Vila Nova de Famalicão o Dr. Armando Bacelar.

Militante ativo do Partido Socialista, advogado, político antifascista, ministro, crítico literário e poeta notabilizou-se a nível nacional como líder da Oposição Democrática à ditadura do Estado Novo, conjugando a sua ação política com a dinamização cultural e literária. Soube ser simples e grandioso. Soube lutar e gritar pela liberdade e pela justiça social, no tempo em que muitos se remetiam ao silêncio. Por isso, esteve diversas vezes preso, com coragem, mas com a certeza que a sua prisão era motivada pela justa libertação de um Povo Oprimido. Teve a felicidade de um dia ver Abril! Ver a alegria de um povo que voltava a sorrir, porque tinha chegado a Primavera. Foi um grande advogado e escritor, sempre envolvido nas Instituições Culturais. Teve sempre uma enorme solidariedade e sentido de Justiça. Nesta data, em que se comemoram os 100 anos do seu nascimento, faz todo o sentido que nos congratulemos pela vivência deste grande homem que tanto engrandeceu V.N. Famalicão, como Portugal. Merece a nossa mais que justa homenagem. -----

Nesse sentido, o grupo municipal do PS propõe que seja aprovado um voto de congratulação, ao Dr. Armando Bacelar e que desta decisão seja dado conhecimento á sua família”.-----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Primeiramente para desejar que o regresso de férias tenha sido bom, que as tenham gozado de forma a que possamos todos contribuir para o futuro do nosso concelho. Em relação aos votos dizer o seguinte, em relação ao voto de congratulação ao senhor Doutor Armando Bacelar, vamos votar a favor, aliás seguindo uma iniciativa desta Câmara Municipal que registou de forma meritória o nascimento e a vivência de um grande democrata de cá de Famalicão que a todos nos orgulha. Em relação à moção da CDU dizer que obviamente, tal como

a CDU, todos nós, o nosso Partido e o nosso grupo Parlamentar obviamente, comunga das preocupações em relação às camadas mais idosas, mas que em relação a esta proposta em concreto temos uma divergência óbvia, entendemos que, deve ser apoiado quem tem de ser apoiado em função das carências económicas e não por uma qualquer catalogação. -----

Em relação ao voto de congratulação do Partido Socialista respeitante aos manuais escolares, diria duas ou três coisas. Todos nós temos memória, todos nós sabemos, o que é que o Executivo do PSD-CDS/PP defendeu aqui por inúmeros anos na distribuição de manuais escolares. Todos nós sabemos, o protesto veemente ou a abstenção da oposição em relação a tal política, dizendo-nos que era uma política errada que não tinha em conta as condições económicas e sociais dos beneficiários. E portanto, em relação a esta circunstância e como a memória também é um dos fatores essenciais para a política, nós não queremos deixar de registar a hipocrisia, porque os nomes têm de ser dados, do Partido Socialista em relação a esta matéria. E dizendo também, não podemos comungar de distinguir cidadãos pelo facto de frequentarem uma escola privada ou pública, portanto, assumir estas políticas só em relação aos alunos de uma escola pública em detrimento de uma escola privada, penso que além do mais, viola aquilo que é os princípios do 25 de abril e da democracia. Portanto, sendo certo que nos congratulámos com medidas do Governo, que pecam infelizmente por erros na sua execução pelas circunstâncias de haver maior diferença entre aqueles que beneficiam de manuais escolares intactos e aqueles que beneficiam de manuais escolares já usados, não podemos deixar de comungar da preocupação mas não podemos votar favoravelmente. -----

**---HUGO SAMPAIO (PS)** – Uma referência aqui ao assunto dos manuais e fazer aqui uma nota bastante importante, já que estamos a falar de memória, é importante ter memória. O Partido Socialista nunca foi contra a medida da Câmara de oferecer manuais, e é preciso ter memória. Votamos contra a discriminação que era feita aos alunos que estudavam em Famalicão e aos alunos de Famalicão que estudavam fora de Famalicão, era aí que era feita a nossa discórdia. Agora senhores Deputados, tenham o alinhamento correto, se a medida era boa quando era feita pelo Executivo Municipal também tem que ser boa quando era feita pelo Governo, que por acaso não é da vossa cor política, temos que ser sérios.-----

**---DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Eu só queria lembrar aqui, que relativamente à proposta da CDU, não sei por que é que o PSD tem medo das propostas de recomendação, porque quem teria que decidir era a Câmara. -----

Relativamente à questão dos manuais escolares, não deixo de realçar aqui que me surpreende de alguma forma a posição desta maioria nesta Assembleia. Porque quem se atreve a questionar a legitimidade, a bondade e até a criatividade desta medida. Agora por falar em criatividade, já tinha prometido ao meu colega de bancada que ia questionar um bocado a paternidade desta medida, no

sentido de que o Partido Comunista Português também, que eu não quero aqui deixar apenas a parte de leão para o meu Partido, mas de facto, deu um contributo importante pela sua insistência, pela teimosia em que pudesse ser decidida esta medida, que nos parece razoável e já agora, não há bela sem senão, que os manuais escolares não venham rasurados como parece que se verifica aí num ou noutro caso. Mas também acreditamos que o bom senso prevalecerá e que os manuais vão ser tal como o meu Partido tem insistido, no sentido de não havendo manuais suficientes que possam ser novos do trinque. Portanto, a CDU votará certamente a favor desta proposta e votará a favor e rendo aqui uma homenagem muito merecida a um antifascista, que ombreou com o meu camarada Lino Lima e outros combatentes pela liberdade, na altura em que era difícil tomar partido muita gente preferia sofá, da comodidade, eles deram contributo fundamental para que hoje possamos estar aqui reunidos na mais ampla e franca democracia.-----

**---RICARDO COSTA (CDS-PP)** – Pegando aqui nas palavras do meu antecessor aqui neste lugar, independentemente do politicamente correto, ele perguntou:- quem é que poderá pôr em causa esta medida?- E eu vou-lhe responder, os Pais e os Alunos! Se nós formos à escola neste momento, os Alunos e os Pais sobretudo do 1º e 2º Ciclo ficaram a perder, porque nós vemos crianças que tinham direito aos manuais novos e utilizáveis, neste momento e estão aqui muitos Pais do Partido Socialista, do PSD, do CDS, que comungam com isto que eu estou a dizer, politicamente poderá não ser a melhor forma e o melhor alinhamento. De qualquer forma, há crianças, os nossos filhos, ficaram sem poder utilizar manuais, por outro lado, eu acho que ainda ninguém falou porque não quis ou porque não deu jeito, crianças/alunos do 1º Ciclo os primeiros ou segundos anos que no ano anterior deterioraram os manuais, nós sabemos e peço desculpa por maçar, eu tenho dois filhos que são completamente diferentes, no caso dela os manuais chegam ao final do ano e parece que estão novos, e no caso dele os manuais estão todos destruídos. Resumindo, no ano seguinte, não é o meu caso particular porque isso não é o que é importante para o assunto, no ano seguinte os Pais não tiveram direito ao *voucher* da disciplina em que o livro não tinha condições de reutilização. E portanto, independentemente do princípio geral desta medida, que efetivamente nós somos apologistas em que os livros fossem cedidos aos alunos gratuitamente, mas cedidos com condições de utilização, isto levava-nos também a outro caso, na forma até como os livros são estruturados. ----  
Relativamente às outras duas propostas apresentadas, naturalmente, vamos votar a favor em relação ao voto de congratulação do nascimento de Armando Bacelar. Relativamente à moção da CDU, não vamos votar favoravelmente, porque não concordamos nem com o seu princípio, nem com o seu fundamento independentemente de valorizarmos e acarinharmos todos os nossos Idosos. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A MOÇÃO APRESENTADA PELO GRUPO MUNICIPAL DA CDU RELATIVAMENTE AO DIA INTERNACIONAL DO IDOSO – 1 DE OUTUBRO, FOI A**

**MESMA REJEITADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA VOTOS CONTRA E 14 VOTOS A FAVOR.** -----

**---POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA RELATIVAMENTE AOS MANUAIS ESCOLARES, FOI O MESMO APROVADO, POR MAIORIA, COM CATORZE VOTOS A FAVOR E QUARENTA E OITO ABSTENÇÕES.**-----

**POSTO Á VOTAÇÃO O VOTO DE CONGRATULAÇÃO APRESENTADO PELO GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA RELATIVAMENTE AOS 100 ANOS DO NASCIMENTO DO DR. ARMANDO BACELAR, FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.** -----

**----- ORDEM DO DIA -----**

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Solicita ao plenário um aditamento à convocatória e inclusão de um novo ponto na Ordem de trabalhos. -----

**---POSTO Á VOTAÇÃO O ADITAMENTO Á ORDEM DE TRABALHOS DO VIGÉSIMO TERCEIRO PONTO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL DE CONCURSO PÚBLICO E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO ÂMBITO DA RUBRICA DE PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI O MESMO APROVADO, POR UNANIMIDADE.**-----

**---PRIMEIRO PONTO – INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE DA MESMA. (GRELHA D)** -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

**---PAULO PINTO (PS)** – Senhor Presidente da Câmara Municipal, fomos confrontados nos últimos dias com notícias na comunicação social relativo a uma dita viagem à Turquia, situação no âmbito de uma empresa que tem serviços com a Câmara Municipal, a empresa em questão que de acordo com a comunicação social a ANO Sistemas de Informática e Serviços Lda., a ser verdade o que vem na comunicação social, é uma situação que não põe só em causa o bom nome desta Câmara Municipal, mas de Famalicão e de todos os Famalicenses. E como tal, acho que se justifica que seja esclarecido o mais possível. Nesse sentido, senhor Presidente, eu gostaria de saber se é verdade ou

não que Membros da Câmara Municipal participaram na dita viagem. E se sim, que é que pagou as despesas da respetiva viagem. -----

Senhor Presidente, também gostava de saber se é verdade ou não que desde que decorreu a viagem, a Câmara Municipal já assinou contratos no valor de cerca de um milhão de euros. E também gostaria de saber se porventura terá assinado algum contrato antes da dita viagem e se sim, qual o valor e o número de contratos. -----

Por último, também se constou que existe um funcionário desta Autarquia, segundo julgo um Diretor Municipal, que é também formador da empresa em questão, gostaria de saber se também é verdade ou não. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, primeiro deixe-me dizer-lhe que, a única coisa que eu sei sobre este assunto é aquilo que é do domínio público, não há nenhuma diligência ao nível de investigação que envolva o Município que seja do conhecimento da Câmara Municipal, desde a data que citou, penso que foi 2015, até há atualidade não há nenhuma diligência que envolva a Câmara Municipal. Sobre esse assunto, eu só sei o que é noticiado pelos jornais e começo por confessar que isso é débil para merecer um comentário valorizativo acerca da notícia. Contudo e porque entendo que, estes temas devem ser objeto do máximo e melhor esclarecimento possível, já o fizemos do ponto de vista público e faço agora neste Órgão como é minha obrigação. Começamos por partes, a Câmara Municipal instituição nunca foi convidada para participar em viagem nenhuma, houve um conjunto de pessoas na Câmara Municipal que foram convidadas para participar nessa viagem. -----

Segundo facto, o Presidente da Câmara à altura que era eu, não participou nessa viagem, como penso que também já é do domínio público. -----

Terceiro facto, houve pessoas com vínculos distintos ao Município que acederam ao convite, essas pessoas que participaram nessa viagem, não o fizeram em representação do Município nem estavam ao serviço do Município. Porquanto, estavam no gozo de férias previamente definidas, ou seja, qualquer das pessoas que participou na referida viagem não estava em funções na Câmara Municipal quando a viagem ocorreu.-----

Quarto facto, sobre a questão da assinatura de contratos. Eu, como deve compreender não sei de cor os contratos que assino na Câmara Municipal, estou inteiramente disponível para responder-lhe, mas devo dizer-lhe que a perceção que tenho, é que o ritmo de vínculo jurídico entre o Município e essa Empresa não sofreu qualquer tipo de oscilação por força ou nas circunstâncias dessa viagem. Ou seja, é a perceção que eu tenho, é que não há uma diferença assinalável entre o que acontecia antes e depois. Devo inclusive dizer-lhe que muito antes de eu ser Presidente de Câmara, já esta Empresa prestava serviços à Câmara Municipal como muitas outras Empresas prestam serviços à

Câmara Municipal. E portanto, sobre essa circunstância da viagem ou das viagens a que fez referência, elas aconteceram, não foram em circunstância alguma em representação do Município e o Presidente de Câmara é completamente alheio a essas mesmas viagens. O que significa uma coisa muito simples, a Câmara Municipal representa-se pela minha pessoa, ou nas pessoas em quem eu delegar e ninguém, nem eu, nem a minha delegação participou nessa viagem. -----

Quanto à outra questão confesso que desconheço, não sei a que é que se refere, se quiser fazer uma pergunta mais concreta eu posso depois indagar, se não quiser ficamos pela abordagem superficial e lacónica. -----

**---PAULO COSTA (BE)** – Uma questão um pouco mais prosaica e local, relativamente a uma situação que se vive na Freguesia de Fradelos. Fradelos tem a fortuna de apesar da periferia, ser uma Freguesia que recorrentemente é tema na nossa Assembleia. O Bloco de Esquerda tem conhecimento de uma situação profundamente desagradável, segundo o relato de alguns habitantes da zona atingida, pela exploração pecuária da Gandra, que relata situações de uma forma mais ou menos enfática de maus cheiros e de situações insustentáveis de vivência quotidiana, a impossibilidade de abrir janelas e poder usufruir de alguma frescura no tempo quente, etc. Eu sei que o Município é entidade pública mais longínqua provavelmente a quem as pessoas terão que se dirigir, a mais próxima seria a Junta de Freguesia, mas as entidades realmente determinantes no licenciamento e na fiscalização desta atividade são a Administração Central e não a Administração local. De qualquer forma e porque é um facto que atinge um número considerável de pessoas, ainda é um número razoável de famílias, porque se mostra manifestamente lesivo do seu dia-a-dia e da qualidade de vida e porque são famalicenses, eu gostaria de saber se o Município está a desenvolver algumas diligências junto dessas entidades competentes no sentido de amenizar ou pelo menos dar alguma satisfação a essas famílias que estão atingidas por esse facto. -----

**---DOMINGOS PEIXOTO (PS)** – Senhor Presidente da Câmara, eu gostaria de lhe colocar algumas questões, nomeadamente, em relação ao trânsito. A Conceição e a sua Mãe vivem ao longo da Avenida General Humberto Delgado, todos os dias até às oito menos cinco saem de casa para a Escola Júlio Brandão. Dirigem-se à Rotunda Bernardino Machado, Avenida Narciso Ferreira, Avenida 25 de Abril, por estranho que pareça sempre é mais perto o corte para a Praça 9 de Abril mas vão contornar a Rotunda 1º de Maio. Um argumento muito simples, depois de entrar na Rotunda tem sempre prioridade e não se sujeita a problemas de trânsito, depois de contornar a Rotunda toma a Rua Casais Monteiro e entretanto chega à escola. Se estas duas pessoas se dirigirem para a Rotunda do Rotary, uma Rotunda que foi designada como estruturante para o trânsito de Famalicão, a situação complica-se imenso e dificilmente chegam a horas ao destino, entretanto se a Mãe se atrasar e sair depois das oito menos cinco também não cumpre horário para chegar ao seu

destino. Nós sabemos que a Polícia Municipal, se tem colocado em alguns locais estratégicos e tem vindo a ajudar a resolver algumas questões, mas também parece-nos que em outras situações se posiciona mais por outros locais que não serão os mais adequados, nomeadamente à tarde. Nós sabemos e há uns meses levantamos aqui esta questão, que o trânsito em Famalicão é muito complicado apesar do facto de esta Rotunda ser estruturante, mas faz-se dentro da Cidade significativas filas para aceder aos locais para onde as pessoas se dirigem. O senhor Presidente da Câmara na altura disse que se estava a fazer um estudo, que de alguma maneira pareceu concordar com a nossa visão sobre este aspeto. Portanto, eu concreto o que lhe pergunto ao fim de vinte anos do PS que foram muito criticados pela maioria atualmente no poder e ao fim de dezoito anos desta maioria, estamos mesmo a chegar aos dezoito anos, que plano estratégico existe para a questão do trânsito sobretudo na Cidade. Sendo certo que nós temos de Norte para Sul apenas três vias que atravessam o Concelho e que o trânsito quase todo se dirige sobretudo para a zona da Rotunda Santo António. Podem ir pelo lado da Estação para Sul, pela Rotunda Santo António e apanhar a Avenida General Humberto Delgado, ou podem ir pela zona das escolas o que se torna de facto complicado. Portanto, em concreto, gostaria que o senhor Presidente nos dissesse alguma coisa sobre a questão do trânsito e sobretudo na área das escolas.-----

Já agora queria-lhe colocar mais duas ou três questões. Provavelmente já teve reporte da Junta de Freguesia, mas eu gostava de o questionar sobre isso, a Assembleia de Freguesia do Louro aprovou ontem a proposta do derrube de sete árvores na Praça Cupertino de Miranda, cinco dessas sete têm 47 anos de vida, eu gostava de saber se a Câmara tem alguma informação sobre isso, se deu opinião sobre o assunto ou se não deu?-----

Outro aspeto, estas questões são todas no Louro, eu peço perdão de serem no Louro mas são no Louro. Há um loteamento muito pequeno junto ao Centro Escolar do Louro, a questão concreta que lhe ponho, é a Câmara que vai pavimentar o acesso a essas duas habitações? O loteador não devia ter feito as infraestruturas no local? -----

Na Rua Costa e Sá a caminho de Outiz, entre os lugares de Ribela e Rebordelo, portanto, lá ao fundo logo a seguir à curva muito apertada onde se faz o “*Festival Laurus Nobilis*”, a rua tem duas valetas sobretudo a valeta do lado esquerdo é bastante funda e tem no acesso para uma casa grande que lá está à face da estrada, aqueles passadiços de acesso às portas individuais ou de carros, uma delas sobretudo é reta, tem um ângulo reto precisamente à face da estrada sem margem nenhuma para peões e já lá têm acontecido vários acidentes, mais incidentes do que acidentes mas os carros acabam por bater e são projetados para a valeta sendo preciso removê-los. É uma zona estreita e provavelmente seria conveniente a remoção destes passeios de acesso à casa, ou a modificação

destes passeios e a valeta deveria tornar-se menos funda, um pequeno declive por onde passassem as águas. -----

Uma outra questão e é uma proposta em concreto que lhe faço, vai-se comemorar o 2º Aniversário do Parque da Formiga, está lá uma obra bonita da Junta e da Câmara, tem um bar que serve muita gente sobretudo no verão, o bar tem um *Deck* nesta altura vem chuva e o *Deck* não é tapado apesar de ter lá um pequeno tolde. Se não era altura de pensar e como prenda do 2º Aniversário o senhor Presidente promovesse amovível ou não mas uma cobertura que ficasse de acordo com o projeto que lá existe. Certamente que o Louro, a Associação e a Junta agradeceriam, provavelmente a Junta já deu reporte disso, mas eu não sei e é uma dúvida enquanto cidadão. -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Sobre a intervenção do senhor Deputado do Bloco de Esquerda, agradeço-lhe a pergunta e os contributos para a resposta. Vamos começar pela pergunta, de facto, existe uma situação que tem sido relevada por um conjunto de residentes de proximidade que tem merecido a máxima atenção da Câmara Municipal. Nesta matéria como noutras análogas, nós não somos muito mais do que depositários das denúncias ou queixas a que nos dão conhecimento, porque as próprias pessoas denunciantes visadas sabem elas mesmas quem tem competências nesta matéria. Este é um daqueles temas senhor Deputado, em que se procura quem está perto, sabe porquê, quem está longe não está acessível, isso é o problema da democracia em Portugal e nem se sabe quem é, o que é Agência Portuguesa do Ambiente, a Direção Regional não sei de quê, os Ministérios dos Ministros são absolutamente inacessíveis. Então tem que se procurar junto da Junta de Freguesia e da Câmara Municipal que é legítimo, nós não censurámos as pessoas por o fazerem, agora senhor Deputado, porventura a referência que aqui trouxe deve levá-la um pouco mais longe há outros meios para que isso aconteça. E a Câmara Municipal obviamente, não deixará como não tem deixado de evidenciar junto dessas entidades o quanto é necessário olhar para o caso concreto. Eu não estou a fazer um juízo de valor sobre o caso concreto, não tenho sequer conhecimentos nomeadamente técnicos, para avaliar a pretensão dos visados e o que há-de ser feito em relação à circunstância de onde provém o problema que é relatado. Uma coisa é certa senhor Deputado, nós não temos competência de fiscalização desta matéria, não é a nós quem compete licenciar a atividade e são essas entidades que têm que tomar essas atitudes. Agora são relapsas, são inoperacionais, não atendem às pretensões, pois, porventura a Câmara Municipal não é responsável por isso. -----

---Senhor Deputado, Domingos Peixoto, quanto à questão do trânsito eu revejo-me no que disse, eu perceciono esse problema há algum tempo. Mas deixe-me dar-lhe duas notas que contribuíram na história para este resultado. -----

---Primeira nota, em 2008, 2009 ou 2010 salvo erro, a Parque Escolar desenhou essencialmente três intervenções nas Escolas Secundárias em Famalicão, Camilo Castelo Branco, D. Sacho I e Padre Benjamim Salgado em Joane. Três intervenções programadas, sabe o que é que aconteceu na altura? Fizeram-se intervenções em duas Escolas, Camilo Castelo Branco e D. Sancho I. Sabe quanto é que se consumiu nestas duas intervenções? 25 Milhões de Euros, eu vou repetir, 25 Milhões de Euros consumidos na intervenção em duas Escolas, o dinheiro não chegou para intervir na Padre Benjamim Salgado, qual é a consequência disso? A Consequência é a tendência para as famílias trazerem os filhos para as Escolas que estão em bom estado de conservação, as duas na Cidade, isto em 2008, 2009 e 2010. -----

---Segundo facto, em 2016 o Governo em funções decidiu descontinuar os Contratos de Associação, ou seja, todas as crianças que frequentavam Escolas como a Didáxis, o Externato Delfim Ferreira, a Alfacoop entre outras, acabaram por vir frequentar essencialmente Escolas da Cidade. Estes dois factos, não podem deixar de ser relevados senhor Deputado, contribuíram muito para que os fluxos para a Cidade mudassem. E o que aconteceu em 2016 é muito relevante, sabe porquê senhor deputado? Se recuar a 2015 e nós temos essa informação, o aumento de trânsito nas horas escolares é brutal, é brutal, são centenas de crianças e jovens que deixaram de frequentar Escolas de periferia com as quais havia Contratos de Associação e começaram a frequentar Escolas da Cidade. Eu não tenho como alterar essa circunstância, é óbvio que o problema subsiste e a Câmara está a dar contributos para o resolver, o senhor e bem evidenciou um, a Polícia Municipal tem feito um trabalho notável, que tem ajudado e muito a minorar as consequências dessa circunstância. Agora, a Cidade é o que é, não podemos construir mais artérias, mas mesmo assim, estamos a procurar encontrar soluções, mas não pode passar pela retirada de alunos, faço-me entender? Se não houvesse tantos alunos na Cidade como era suposto que não houvesse, os problemas não existiam. --

---Senhor Deputado, sobre as questões concretas que evidenciou no Louro, eu confesso que não tenho noção de pormenor e não consigo responder-lhe, nomeadamente em relação ao loteamento que aqui trouxe. Se o quiser fazer de outra forma que é Regimental, pois com certeza que lhe responderei. -----

---Sobre a questão do Parque da Formiga, não vai completar dois anos, já completou dois anos, nós participamos com é sabido na intervenção que foi executada na sua construção e continuamos como é óbvio, empenhados para que outros contributos sejam dados, não só no sentido do caso que aqui trouxe mas também da sua extensão e melhoria como o senhor Presidente de Junta o tem referido e bem. -----

---**SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 4.600.000,00€**

(QUATRO MILHÕES E SEISCENTOS MIL EUROS), PARA AQUISIÇÃO DE INSTALAÇÕES, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**HUGO SAMPAIO (PS)** – Há cerca de dois anos nesta mesma Assembleia, tínhamos um ponto que discutimos e depois foi aprovado, em que o Executivo Municipal propunha aqui um alargamento do prazo de umas dívidas que tinha à banca, havia aqui o alargamento para treze anos. Numa altura em que uma grande parte das instituições, sejam elas públicas ou privadas, estavam a aproveitar aqui a tendência de descida das taxas de juro para liquidar mais rapidamente os passivos que tinham, ou as dívidas que tinham. Na altura, a posição do Município foi de alargar aqui a maturidade de pagamento, dizendo que daí advinham algumas poupanças, nessa altura, o Grupo Municipal do Partido Socialista, questionou o senhor Presidente da Câmara acerca do real objetivo deste alargamento desta dívida. Se seria a poupança, que a nosso ver não era relevante até porque tínhamos aqui um aumento do prazo e em termos absolutos não havia grande diferença, ou então questionávamos o senhor Presidente, se o real objetivo seria de baixar taxas de esforço de forma a poder contrair mais dívida. Essa Assembleia que foi a 10 de novembro de 2017, o senhor Presidente na altura descolou-se dizendo que não, que não vinculava à contratação de mais dívida ou à não contratação e descolou-se atrás dessa justificação. O que é facto, é que desde então, são vários pedidos de autorização para endividamento do Município. Hoje temos aqui nesta Assembleia propostas de aprovação de cerca de 6 milhões de euros de empréstimos, achámos e consideramos que o Município está a expor-se demasiado à dívida, dívida essa a longo prazo. Nós estamos bastante preocupados e achámos que um endividamento de 6 milhões de euros começa a tornar-se demasiadamente excessivo.-----

---**GERMANO ARAÚJO (PSD)** – Eu queria só acrescentar aqui um dado ao que o senhor Deputado que me antecedeu foi dizendo, que em termos de empréstimos, o Município de Famalicão em 2009 a 1 de janeiro de 2019 contabilizava 21 milhões e 421 mil euros e a 31 de dezembro teria como objetivo 18 milhões e 797 mil euros, ou seja, o Município de Famalicão continua a baixar dívida apesar de novos empréstimos que possa vir a fazer. E os empréstimos de que falou acerca de dois anos atrás, foi renegociação de *Spreads*, basicamente fez-se novos empréstimos para pagar empréstimos em que os *Spreads* eram mais altos e isso, baixou o encargo que o Município tinha com a dívida, não baixou dívida, mas sim baixou o encargo em juros e afins. -----

---**HUGO SAMPAIO (PS)** – Senhor Deputado, eu mais uma vez vou ter que lhe dar a explicação que lhe dei há dois anos. Nós podemos baixar o percentual de juro, é verdade, mas se nós aumentarmos o prazo de maturidade em termos globais, em termos absolutos o montante imputado

no final do empréstimo é o mesmo meu caro, e a única vantagem em que tem aqui é baixar taxas de esforço, ou seja, aquilo que tem de pagar mensalmente, semestralmente ou anualmente baixa e permite-lhe contrair mais empréstimos, a nossa dúvida foi essa. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 4.600.000,00€ (QUATRO MILHÕES E SEISCENTOS MIL EUROS), PARA AQUISIÇÃO DE INSTALAÇÕES, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM QUARENTA E NOVE VOTOS A FAVOR E OITO ABSTENÇÕES. -----**

**---TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 526.986,83€, ATRAVÉS DO EQ BEI – LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS, PARA A OBRA “ PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL OPERAÇÃO NORTE-05-2316-FEDER-000068”, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 526.986,83€, ATRAVÉS DO EQ BEI – LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS, PARA A OBRA “ PROMOÇÃO E VALORIZAÇÃO DO MERCADO MUNICIPAL OPERAÇÃO NORTE-05-2316-FEDER-000068”, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E UM VOTOS A FAVOR E OITO ABSTENÇÕES. -----**

**---QUARTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 296.443,27€, ATRAVÉS DO EQ BEI – LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS, PARA A OBRA “ REABILITAÇÃO DO TEATRO NARCISO FERREIRA OPERAÇÃO NORTE-05-2316-FEDER-000085”, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO ATÉ AO MONTANTE DE 296.443,27€, ATRAVÉS DO EQ BEI – LINHA BEI PT 2020 – AUTARQUIAS, PARA A OBRA “ REABILITAÇÃO DO TEATRO NARCISO FERREIRA OPERAÇÃO NORTE-05-2316-FEDER-000085”, TUDO NOS TERMOS**

**DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E UM VOTOS A FAVOR E OITO ABSTENÇÕES.** -----

-----  
**---QUINTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVAMENTE À ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, DESTINADO À CELEBRAÇÃO DAS NOVAS APÓLICES DE SEGUROS, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 1.414.200,€ (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E CATORZE MIL E DUZENTOS EUROS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA.**-----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVAMENTE À ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, DESTINADO À CELEBRAÇÃO DAS NOVAS APÓLICES DE SEGUROS, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 1.414.200,€ (UM MILHÃO, QUATROCENTOS E CATORZE MIL E DUZENTOS EUROS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.** -----

-----  
**---SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVAMENTE À ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, DESTINADO AOS TRANSPORTES PÚBLICOS PARA O “PASSE SÉNIOR FELIZ”, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 240.000,00€ (DUZENTOS E QUARENTA MIL EUROS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)**-----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVAMENTE À ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, DESTINADO AOS TRANSPORTES**

**PÚBLICOS PARA O “PASSE SÉNIOR FELIZ”, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 240.000,00€ (DUZENTOS E QUARENTA MIL EUROS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----**

**---SÉTIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVAMENTE À ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, DESTINADO À CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES DO “PARQUE DA DEvesa”, COM MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 220.200,00€ (DUZENTOS E VINTE MIL E DUZENTOS EUROS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----**

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVAMENTE À ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, DESTINADO À CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES DO “PARQUE DA DEvesa”, COM MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 220.200,00€ (DUZENTOS E VINTE MIL E DUZENTOS EUROS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E DOIS VOTOS A FAVOR E OITO ABSTENÇÕES. -----**

**---OITAVO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL RELATIVAMENTE À ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, DESTINADO AO FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 1.773.196,80€ (UM MILHÃO, SETECENTOS E SETENTA E TRÊS MIL, CENTO E NOVENTA E SEIS EUROS E OITENTA CÊNTIMOS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----**

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A NECESSÁRIA E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO**

**PLURIANUAL RELATIVAMENTE À ABERTURA DE PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO, COM PUBLICIDADE INTERNACIONAL, DESTINADO AO FORNECIMENTO DE GÁS NATURAL PARA DIVERSAS INSTALAÇÕES MUNICIPAIS, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL ESTIMADO DE 1.773.196,80€ (UM MILHÃO, SETECENTOS E SETENTA E TRÊS MIL, CENTO E NOVENTA E SEIS EUROS E OITENTA CÊNTIMOS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----**

**---NONO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO "CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS", PARA EXECUÇÃO TRABALHOS E OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EM ESTRADAS MUNICIPAIS/CAMINHOS MUNICIPAIS NA FREGUESIA DE RIBEIRÃO, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 156.880,00€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DO "CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS", PARA EXECUÇÃO TRABALHOS E OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EM ESTRADAS MUNICIPAIS/CAMINHOS MUNICIPAIS NA FREGUESIA DE RIBEIRÃO, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 156.880,00€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.-----**

**---DÉCIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DOS "CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS", PARA EXECUÇÃO TRABALHOS E OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EM ESTRADAS MUNICIPAIS/CAMINHOS MUNICIPAIS NAS FREGUESIAS DE GONDIFELOS, CAVALÕES, OUTIZ E REQUIÃO, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 196.000,00€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA A CELEBRAÇÃO DOS "CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS**

***DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS", PARA EXECUÇÃO TRABALHOS E OBRAS DE REQUALIFICAÇÃO DA REDE VIÁRIA EM ESTRADAS MUNICIPAIS/CAMINHOS MUNICIPAIS NAS FREGUESIAS DE GONDIFELOS, CAVALÕES, OUTIZ E REQUIÃO, ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 196.000,00€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.***-----

-----  
***---DÉCIMO PRIMEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE GLOBAL DE 74.500,00€ (SETENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS EUROS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)***-----

***---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL*** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

***---PAULO PINTO (PS)*** – Só uma pequena dúvida que me surgiu. Existindo na nossa Cidade uma Universidade que tem um curso de Arquitetura e segundo julgo bastante conceituado, o porquê do Município assumir um compromisso com uma Faculdade de Arquitetura fora do Concelho. É porque realmente o curso de cá não tem as competências necessárias que o Município exige, o porquê. -----

***---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL*** – Senhor Deputado, a Câmara Municipal tem relações multilaterais com diversas entidades como deve compreender. Às relações que tem com Faculdade e Universidade que citou, somam-se outras com Universidades no Concelho de Famalicão e muitas outras com Universidades fora do Concelho de Famalicão. Esse relacionamento depende especificamente dos projetos, este projeto está, ou será executado em cooperação com esta instituição, há outros projetos que estão e serão executados com outras instituições, nomeadamente, com aquela que citou.-----

***---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COOPERAÇÃO COM A FACULDADE DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE DO PORTO E DEVIDA ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO MONTANTE GLOBAL DE 74.500,00€ (SETENTA E QUATRO MIL E QUINHENTOS EUROS), TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE.***-----

-----  
***---DÉCIMO SEGUNDO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÕES AOS ARTIGOS DO CÓDIGO REGULAMENTAR SOBRE A***

*CONCESSÃO DE APOIOS NOS ESTUDOS AOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR ATRAVÉS DA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO, E APOIO À HABITAÇÃO “CASA FELIZ”, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----*

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Neste ponto da ordem de Trabalhos, deu entrada na Mesa um documento apresentado pelo Grupo Municipal da CDU, é um contributo para a Mesa em forma de “errata”, a alínea n) está repetida, feita a devida correção a última dessas alíneas será a o)-----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTERAÇÕES AOS ARTIGOS DO CÓDIGO REGULAMENTAR SOBRE A CONCESSÃO DE APOIOS NOS ESTUDOS AOS ALUNOS DO ENSINO SUPERIOR ATRAVÉS DA ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO, E APOIO À HABITAÇÃO “CASA FELIZ”, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, COM CINQUENTA VOTOS A FAVOR E DEZ ABSTENÇÕES. -----**

**---DÉCIMO TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA DESAFETAR DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, A PARCELA DE TERRENO, COM A ÁREA DE 204,00 METROS QUADRADOS IDENTIFICADA COMO LOTE Nº 57, CEDIDA AO MUNICÍPIO COM A EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 32/2002, SITA NA RUA DO COMÉRCIO, NO LUGAR DA TERRA NEGRA DA FREGUESIA DE VILARINHO DAS CAMBAS DESTE CONCELHO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E) -----**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA DESAFETAR DO DOMÍNIO PÚBLICO PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO, A PARCELA DE TERRENO, COM A ÁREA DE 204,00 METROS QUADRADOS IDENTIFICADA COMO LOTE Nº 57, CEDIDA AO MUNICÍPIO COM A EMISSÃO DO ALVARÁ DE LOTEAMENTO N.º 32/2002, SITA NA RUA DO COMÉRCIO, NO LUGAR DA TERRA NEGRA DA FREGUESIA DE VILARINHO DAS CAMBAS DESTE CONCELHO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, COM CINQUENTA VOTOS A FAVOR, DEZ VOTOS CONTRA E DUAS ABSTENÇÕES.-----**

-----  
**---DÉCIMO QUARTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DEFINIR EM 5% A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. (GRELHA E)**-----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – A minha intervenção é extensível aos dois pontos subsequentes, dizem respeito os três pontos ao chamado dossiê fiscal. A Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão tem afirmado e cumprido um referencial de estabilidade e previsibilidade que me afiguram essenciais para que a comunidade residente e todos os quantos nos escolham para fixar os seus projetos de vida, pessoais, profissionais ou empresariais, saibam com o que contam e sejam bem-sucedidos. E consideramos esse referencial certo, até porque não adotámos outro tipo de estratégias de encobrimento de aparentes reduções fiscais com verdadeiros ou reais aumentos fiscais. Portanto, é uma política que vimos seguindo há uns anos a esta parte, fomos coerentes com os famalicensenses quando sempre afirmámos que o íamos fazer, procurámos com a receita fiscal ser sóbrios em muitas circunstâncias até frugais e afetá-la adequadamente àquilo que é as prioridades do investimento municipal. A leitura que temos, com alguma modéstia se me é permitida, é de que temos feito uma boa gestão daquilo que são os recursos dos nossos Municípios, as taxas estão dentro de uma escala do ponto de vista do esforço e de sustentabilidade que me parecem razoáveis e por isso, vimos aqui para o ano próximo à semelhança do que fizemos nos anos anteriores propor a fixação em sede de IRS, em sede de Derrama lançada sobre o IRC e em sede de IMI, as mesmíssimas taxas que temos proposto nos anos anteriores. -----

**---PAULO COSTA (BE)** – À estabilidade do Executivo vem a estabilidade do discurso do bloco de esquerda em relação ao nosso entendimento. Só duas breves notas para não nos repetirmos ano após ano, isto é, repetindo-nos mas só querendo vincar dois aspetos que nós consideramos essenciais.-----  
 Relativamente à participação das Pessoas Coletivas, continuámos a entender que, deveriam ser tratadas da mesma forma que as Pessoas Singulares. Se as Pessoas Singulares são tributadas no valor de 5%, as Pessoas Coletivas naquele valor acima do volume de negócios de 150 mil euros também deveriam ser tributadas numa Derrama de 1,5% que é o máximo. E relativamente ao IMI, continuámos a não entender, a criticar e a manifestar uma profunda discordância com esta discriminação dos agregados familiares monofiliais. Não entendemos minimamente, parece-nos perfeitamente discriminatório a raiar o absurdo porque é que as famílias com um filho só são discriminadas naquilo que a Lei lhes permite na dedução do valor que está fixado. -----

---**HUGO SAMPAIO (PS)** – Iremos fazer aqui a apresentação do nosso ponto de vista, neste ponto e para os dois pontos seguintes. -----

Relativamente aqui ao IRS e pela posição estratégica que Famalicão tem, achámos que poderíamos destacar-nos de outras Cidades até pela proximidade que temos do Porto, de Braga, de Vila do Conde, pela subida do nível de vida dessas Cidades e do deslocamento que as populações estão a ter porque não tem capacidade para ter uma qualidade de vida decente nessas Cidades, estão a sair para periferias dessas Cidades. Acho que nós aqui poderíamos diferenciar-nos do Porto, da Maia, de Vila do Conde, de Guimarães, que aplicam uma taxa de 5% e mesmo até de Braga que aplicam a taxa de 4,10%. Poderíamos por aqui uma taxa e era possível entre os 3% e os 4%, seria mais um ponto de atração para habitantes de outras Cidades e era até uma forma de se deslocarem para Famalicão. -----

Relativamente à Derrama, como já foi dito aqui no passado por nós, em algumas situações e até empresas de alguma dimensão, assistimos aqui ao deslocamento de empresas que estavam sediadas aqui no Município, grandes empresas como por exemplo o LIDL, a saída dessas empresas de Famalicão para Concelhos vizinhos. Isso deveria ser um ponto de reflexão para todos nós, sem demagogias, deveria mesmo ser um ponto de reflexão para todos nós, o porquê de empresas de grande dimensão como o LIDL sair de Famalicão, quando nós somos aparentemente uma Cidade que apresenta as melhores condições para os empresários. Se calhar reduzirmos aqui a taxa de Derrama nem que seja uma décima, reduzirmos aqui a taxa de imposto poderia levar a poupanças interessantes em empresas que têm um volume de negócio considerável, acho que poderia haver condições para podermos baixar esta taxa de Derrama. -----

Relativamente ao IMI, a nossa questão e somos coerentes, continua a ser exatamente a mesma. Achámos que os benefícios fiscais devem ser alargados a famílias com um filho e não parar nas famílias com dois filhos. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Sem saber ainda se será admitida a proposta de recomendação pela Assembleia, se violará algum princípio regimental ou legal, eu vou debruçar a minha intervenção no ponto 14º e os dois subsequentes que fica tudo em continuidade. -----

---**Fez a leitura da intervenção que é do seguinte teor:** -----

---“ Relativamente à participação do Município no IRS, a CDU não está de acordo com a bitola abaixo dos 5% aplicada por muitos municípios, pelo que votaremos a favor da proposta da Câmara Municipal, que em nosso entender é corretamente aplicada. -----

O entendimento que temos sobre o IRS, é que este é um imposto nacional, não devendo, nestes casos, constituir um motivo de competição entre municípios, devendo haver uniformidade nacional no que concerne à fiscalidade, de modo a assegurar o princípio da igualdade entre cidadãos. -----

---Quanto à Derrama, a CDU tem vindo a insistir na apresentação de proposta para introdução de um 3º escalão (1,5%), a ser aplicado às empresas com um volume de negócios superior a 500 mil euros, fazendo-se evoluir a fiscalidade em conformidade com o potencial económico destas empresas, que não pode ser comparado às empresas com menores registos económicos. -----

A CDU irá votar contra esta proposta, se vir rejeitada a sua proposta de incluir um escalão de 1,5% na execução da Derrama.-----

---Relativamente ao IMI, porque conhecidas as grandes dificuldades económicas de um grande número de famílias do Concelho, a CDU propõe um abaixamento deste imposto, para 0,30 %, fator que poderá contribuir para um pequeno desafogo das famílias mais debilitadas economicamente. ----

Caso seja rejeitada a proposta da CDU, votaremos pela abstenção”.-----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Muito brevemente, para dizer da posição do Grupo Municipal do PSD em relação não só ao 14º ponto, como ao 15º ponto e o 16º ponto. O senhor Presidente da Câmara disse e muito bem, frisou e nós frisamos também, que um princípio desde sempre assumido por este Executivo ainda antes de eleições foi a manutenção e a estabilidade fiscal. É isso que prometeu, disse aos famalicenses o que iria fazer e é isso que mais uma vez faz. Diria também para reforçar esta posição que eventualmente a manutenção destas taxas, não só não traduz um aumento de carga fiscal como traduzirá até uma diminuição de coleta fiscal. Em relação aos impostos que aqui estamos, eu gostaria de dar duas ou três palavras, mas há uma que eu não posso deixar passar em claro e desta feita com agrado. Ouvi dizer e com agrado pelo senhor Deputado representante do Partido Socialista, que Famalicão de facto, apresenta melhores condições e isso é uma realidade indesmentível quer para particulares, quer para as empresas. -----

Em relação às taxas que aqui se propõe, entendemos que de facto, Famalicão e este Executivo tem defendido uma política de harmonização fiscal, tem o sentimento e a sensação de que os impostos servem também para levar a cabo uma política social, quer isto dizer, fazer justiça social até através da redistribuição fiscal e portanto, é com agrado que o Grupo Municipal do PSD vê a manutenção das taxas quer do IRS, quer do IRC e quer do IMI. Em relação ao IRS, ao IRC e mesmo ao IMI, não podemos deixar de salientar aqui uma diferença não só a nível municipal, mas também a nível geral. De facto, nós apostámos naquilo que é a criação de riqueza, apostámos naquilo que é o esforço das empresas, o esforço de quem produz e de facto, o esforço de quem produz deve ser recompensado. Nesta circunstância, diremos mesmo que não há aqui uma dicotomia, como parece existir em relação à CDU e ao Bloco de Esquerda, entre pessoas coletivas e pessoas singulares. Entendemos que de facto, a justiça fiscal importa uma especial atenção a uns e a outros, sabendo que são as empresas que criam riqueza, são estas que no futuro nos poderão fomentar o crescimento económico e daí uma melhor aplicação também dos recursos públicos.-----

Em relação ao IMI, diremos também que estamos de acordo com a proposta da Câmara Municipal e salientando também, que não somos nós que temos o objetivo de prejudicar ou de incidir sobre o património das pessoas, porque não somos nós de facto por exemplo, os autores do IMI. E portanto, em matéria fiscal estamos completamente à vontade por duas ordens de razões, sabemos que a nossa política é uma política que tende à redistribuição e à justiça social e fiscal, e sabemos também que é uma política coerente de equilíbrio naquilo que nós fazemos para o bem público, sem receitas não há possibilidade de prosseguir os objetivos e na prossecução dos objetivos esta Câmara tem dado o exemplo.-----

**---HÉLDER PEREIRA (CDS/PP)** – Relativamente à questão do dossiê fiscal, dizer que o CDS concorda com a proposta que aqui é apresentada pela Câmara Municipal e por três ordens de razão.

---Em primeiro lugar, porque ela consubstancia aquilo que foi a promessa desta Câmara Municipal desde 2013. E desde 2013 que a Câmara Municipal prometeu aos famalicenses que não aumentaria qualquer imposto em Vila Nova de Famalicão, isso tem vindo a suceder desde 2013 e portanto, naturalmente o CDS revê-se nessa posição.-----

---Em segundo lugar, podemos dizer ainda inclusive, não só manteve como quando teve oportunidade reduziu o imposto, nomeadamente, o IMI, quando usou da prerrogativa das deduções relativamente às famílias com dependentes. E portanto, eu julgo que esta previsibilidade e esta estabilidade fiscal que Famalicão tem apresentado, quer aos famalicenses pessoas singulares, quer aos agentes económicos às empresas, poderá não ser o principal, mas certamente será um motor do crescimento económico que Famalicão tem vindo a desenvolver e portanto, votaremos favoravelmente.-----

**---JORGE OLIVEIRA (PSD)** – O senhor Deputado, Hugo Sampaio, invocou aqui a circunstância duma transferência da empresa LIDL para fora do Concelho como um sinal de preocupação, indiciando no seu discurso que isso seria também sinónimo de um regime fiscal menos competitivo da nossa região. Olhe, senhor Deputado, eu gostava que fizesse aqui a afirmação do seguinte, diga lá outra empresa que tenha saído. Mas já que falou na que saiu, o senhor Deputado, invocou a circunstância do LIDL para dar a entender que havia aqui um regime fiscal, oh senhor Deputado ouça, custa-lhe assim tanto, eu sei que é difícil ouvir quando o senhor não tem razão e já é o habitual o senhor não ter razão, mas eu não tenho culpa como deve imaginar. Por isso, senhor Deputado, eu vou-lhe dizer, já que falou do LIDL, olhe, vou-lhe lembrar Facol, veio de Guimarães para Vila Nova de Famalicão; Manuel Azevedo veio de Santo Tirso para Vila Nova de Famalicão; Pafil veio de Barcelos para Vila Nova de Famalicão; Troficolor veio da Trofa para Vila Nova de Famalicão, e já agora podia continuar com empresas internacionais como a CMI, como a Baxter, como a Evoludis. Isto para dizer o quê, senhor Deputado, o senhor invocou um argumento, ou seja,

invocou uma empresa que saiu de Famalicão, sabe porquê senhor Deputado, não tem nada a ver com o regime fiscal, tem a ver com a circunstância de vocês não fazerem alternativa à EN14. -----

**---PAULO PINTO (PS)** – Bem, estamos aqui a falar, mas o que é certo, é que o LIDL saiu mesmo de Famalicão infelizmente para todos nós e o resto são factos. Estarmos aqui a falar de estabilidade fiscal é algo que nos distingue e que nos diferencia, é que quando falámos de estabilidade fiscal Vossas Excelências falam em percentagens, mas infelizmente qualquer vulgo famalicense quando recebe a carta das Finanças para pagar recebe em numerário, um valor factual e o certo é que queiramos ou não, a receita fiscal tem vindo a aumentar ao longo dos anos em Famalicão. Ou seja, Famalicão tem vindo a cobrar mais pelo mesmo, isto são factos quer queiramos quer não. Quando falámos que não temos aumentado taxas, senhores Deputados, no IRS não podemos aumentar já está no máximo, os 5% é o máximo. Se seguíssemos o exemplo da maior parte dos Concelhos do País em que reduz parte da taxa e que dá parte da taxa, dar parte desse IRS que todos os famalicenses pagam e aí sim podíamos vir a aumentar, agora não podemos aumentar porque está no máximo. -----

Relativamente ao IMI, meus senhores, falámos em 0,35% e o Partido Socialista vai votar favoravelmente como já foi dito, mas não podemos esquecer que 0,35% é cerca de 20% superior a taxa mínima portanto, estamos um bocado aquém da taxa mínima. Havia espaço, havia, aliás, se esta Câmara fala em estabilidade, em termos de receita pode considerar numericamente aquela receita que vai ter e podia aplicar uma redução de taxas para beneficiar eficazmente os famalicenses efetivamente, cada um começava a pagar um bocadinho menos. Porque por exemplo, quando falámos, o IRS vai aumentar se a taxa de desemprego tem vindo a diminuir, cada vez há mais empregados, há mais descontos, por isso é que há tanto trânsito cá em Famalicão porque a taxa de emprego tem vindo a aumentar. Mas o certo, senhores Deputados, continuamos a defender estabilidade fiscal numerária não em termos de taxa, porque efetivamente todos nós pagámos mais, ou a Câmara recebe mais pelo mesmo. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE DEFINIR EM 5% A PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO NO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DE PESSOAS SINGULARES (IRS) DOS SUJEITOS PASSIVOS COM DOMICÍLIO FISCAL NA CIRCUNSCRIÇÃO TERRITORIAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPECTIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, COM CINQUENTA E UM VOTOS A FAVOR, NOVE VOTOS CONTRA E DUAS ABSTENÇÕES. ----**

**---DÉCIMO QUINTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LANÇAMENTO DA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL**

*SUJEITO E NÃO ISENTO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2019. ISENTAR DA DERRAMA DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2019, OS SUJEITOS PASSIVOS COM UM VOLUME DE NEGÓCIOS NO ANO ANTERIOR QUE NÃO ULTRAPASSE 150.000,00€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)*-----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Nós não aceitaremos esta proposta da CDU nem a subsequente relativamente ao ponto seguinte, porquanto nos termos do Art.º33 n.º1 alínea ccc) da Lei 75/2013 e do Art.º 3 n.º2 alínea b) do Regimento, nesta matéria compete em exclusivo ao Executivo Municipal apresentar propostas à Assembleia Municipal por se tratar de matéria da sua competência, e compete à Assembleia Municipal em termos regimentais aprovar as taxas do Município. Por seu lado, já sob égide do Decreto-lei 169/2009 em matéria que sobre isto não sofre alteração, mas de competência orçamental se dizia e cito quanto ao Município:- “Compete à Assembleia Municipal em matéria regulamentar e de organização e funcionamento sobre proposta da Câmara, aprovar as revisões de matéria orçamental, a proposta apresentada é pela Câmara e não pode ser alterada pela Assembleia Municipal, e carece de devida fundamentação quando rejeitada mas a Câmara deve acolher as sugestões feitas quando devidamente fundamentadas, salvo se aquelas informarem que as previsões dos factos possam ser considerados ilegais. No caso trata-se de uma proposta de alteração da proposta da Câmara, se o senhor Deputado quiser apresentar este documento a título de sugestão, que a Autarquia poderá ou não considerar muito bem, em termos de votação a submeter à Autarquia condicionando a proposta do Executivo esta nos termos referidos, legais e de acordo com este parecer que no fundo tem que ver com a doutrina não será aceite. Portanto, eu pergunto ao senhor Deputado, se aceita transformar a sua proposta de recomendação numa sugestão à Autarquia, ou pelo menos não a submeter a votação? -----

**---DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pelos impedimentos legais aqui mencionados, aceito transformar as propostas de recomendação passando as mesmas a figurar como sugestão à Câmara Municipal. -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Senhor Deputado, sendo assim, as sugestões do senhor Deputado serão apenas à proposta que será votada. Serão apenas para que se tenha conhecimento das sugestões, deram entrada neste ponto da Ordem de Trabalhos têm que ficar a constar, não são para rasgar e deitar fora. Portanto, constarão dos documentos que foram submetidos aqui para deliberação e apenas como sugestões. -----

**---HUGO SAMPAIO (PS)** – Aproveitando para fazer aqui um reparo da discussão do ponto anterior e que também tinha a ver com este ponto, dar nota aqui de um pequeno aspeto muito

importante. Desde que estou na política e já lá vão mais de vinte anos, a minha postura sempre foi uma postura de combate de ideias e nunca de pessoas. Pensamentos e expressões de que o senhor nunca fala a verdade, o senhor é um mentiroso, é uma postura na política que eu não me revejo, muito menos em alguém que represente não só os famalicenses, mas que representa o nosso parlamento. Só queria dar nota disto, é uma postura para a política com a qual eu não me revejo.-----

**---JORGE OLIVEIRA (PSD)** – Oh! Senhor Deputado, eu também não me revejo nessa postura exatamente porque eu nunca a exerci. Eu disse que o senhor nunca tem razão, nunca lhe chamei mentiroso e nunca disse que o senhor falta à verdade.-----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LANÇAMENTO DA DERRAMA DE 1,2% SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTADO DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2019. ISENTAR DA DERRAMA DE IRC, RELATIVA AO ANO DE 2019, OS SUJEITOS PASSIVOS COM UM VOLUME DE NEGÓCIOS NO ANO ANTERIOR QUE NÃO ULTRAPASSE 150.000,00€, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA VOTOS A FAVOR E DOIS VOTOS CONTRA.** -----

**---DÉCIMO SEXTO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA VIGORAR NO ANO DE 2019, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ 2020, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Para o requerimento que deu entrada apresentado pela CDU, o despacho é o mesmo do ponto anterior.-----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS (IMI) PARA VIGORAR NO ANO DE 2019, CUJA LIQUIDAÇÃO SERÁ 2020, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, COM CINQUENTA E SEIS VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E UMA ABSTENÇÃO.** -----

**--- DÉCIMO SÉTIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXTENSÃO DO PRAZO DO REGIME EXCECIONAL PARA A ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS DE EXPLORAÇÕES AGROPECUÁRIAS, PELO PERÍODO DE DOZE MESES, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Fez uma intervenção escrita que é do seguinte teor:- -----

--- “A CDU sempre reclamou, na sua intervenção política, apoios significativos para os pequenos e médios agricultores, sabendo-se que as políticas da União Europeia não têm tido essa preocupação, pelo contrário beneficia as grandes explorações e os grandes agrários, sobretudo nos países mais ricos do centro da Europa e os vários governos do país não têm mostrado firmeza na defesa dos reais interesses nacionais. -----

Contudo – reforçamos a questão de maior apoio à lavoura nacional –, entendemos que, neste caso concreto, já não há qualquer justificação para continuar esta linha excessiva de condescendência municipal, já que o problema se mantém, vai para três anos.-----

Lembrar ainda, aquando da decisão da EU de reduzir as quotas leiteiras, que o PCP desenvolveu uma forte campanha nacional e no Parlamento Europeu, reclamando a manutenção das quotas para a indústria agropecuária nacional, pela sua particular fragilidade económica dos nossos produtores, quando comparada com as capacidades dos produtores ricos do centro da Europa. -----

Porventura, até compreenderíamos a incapacidade organizativa, per si, de cada produtor, mas já não compreendemos o facto de que quem os representa não seja suficientemente capaz de desenvolver as suas responsabilidades, sem que, reiteradamente, venha solicitar mais uma extensão do prazo do regime excecional. -----

O termo ‘excecional’, quando consultado o dicionário, significa ‘desvio da regra geral ou do que é mais comum’. Sobre isto, a CDU entende que o ‘excecional’ não pode transformar-se em ‘norma’ ou ‘regularidade’, e, por isso mesmo, votará contra a proposta apresentada pela Câmara”. -----

Eu lembro aos senhores Deputados, que estive a falar daquela concessão pelo segundo ou terceiro ano consecutivo a um pedido de prolongamento da situação de excecionalidade por imperativos de capacidade organizativa entre outras questões. E portanto, acho que é tempo de pormos cobro a esta situação, isto é mendicidade, isto é oportunismo e não podemos contemporizar com isto. -----

---**PAULO COSTA (BE)** – Independentemente do teor ou do tom a usar nesta minha breve elocução, eu não utilizaria os termos do meu camarada da CDU. Mas realmente, parece-me que se anda a empurrar com a barriga um problema que é nitidamente urgente sanar, até pelas questões de salubridade e ambiente que hoje tanto nos preocupa. Há aqui nitidamente explorações que precisam de ser fiscalizadas, precisam de ser legalizadas e portanto, esta sucessiva isenção, implica sucessivo adiamento da administração atuar perante estas explorações, começa-se a revelar pernicioso e não vemos com bons olhos este sucessivo prorrogar desta questão. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE EXTENSÃO DO PRAZO DO REGIME EXCECIONAL PARA A ISENÇÃO DE TAXAS MUNICIPAIS DE EXPLORAÇÕES AGROPECUÁRIAS, PELO PERÍODO DE DOZE MESES, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, CINQUENTA E SEIS VOTOS A FAVOR E TRÊS ABSTENÇÕES. -----**

**---DÉCIMO OITAVO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL AO CLUBE RECREATIVO E POPULAR DE DELÃES ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 290.000,00€ (DUZENTOS E NOVENTA MIL EUROS) PARA APOIO À CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE RELVADO SINTÉTICO NO SEU CAMPO DE JOGOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)--**

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –** Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

**---DANIEL SAMPAIO (CDU) –** Voltamos a insistir neste assunto, não sendo portanto, a primeira vez que o referimos. Sem qualquer propósito de nos imiscuirmos nos assuntos ligados à gestão de qualquer associação desportiva, mas procurando contribuir para a promoção do interesse dos atletas no âmbito da saúde dos mesmos, a CDU volta ao assunto dos pisos sintéticos, no sentido de alertar para a necessidade da Autarquia de desenvolver ações de sensibilização junto das coletividades sobre este assunto. Naturalmente que, não cabe ao Município a decisão da escolha do tipo de piso para os recintos desportivos, que é uma prerrogativa das respetivas direções, mas seria útil que o Município pudesse ajustar o apoio concedido para essas realizações de modo a compensar na diferença do custo, possibilitando a opção das associações que melhor contribua para a saúde física dos atletas. Há estudos, desenvolvidos pelo Laboratório de Ótica e Mecânica Experimental (LOME), do Instituto de Engenharia Mecânica e Gestão Industrial (INEGI), que confirmam que a interação dos atletas com o relvado sintético não mimetiza completamente o comportamento do relvado natural, pelo que, não é de desprezar o potencial lesivo que resulta da competição desenvolvida em relvado sintético, tais como, maior atrito e menor amortecimento nas forças geradas no salto e controlo na resistência à torção do apoio, que aumentam as lesões nas articulações dos membros inferiores. Mais importante do que os valores das verbas envolvidas, será a redução significativa das lesões e conseqüente melhoria da saúde física dos praticantes da modalidade. Pelas razões suficientemente expostas, a CDU abster-se-á. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL AO**

***CLUBE RECREATIVO E POPULAR DE DELÃES ATÉ AO MONTANTE GLOBAL DE 290.000,00€ (DUZENTOS E NOVENTA MIL EUROS) PARA APOIO À CONCRETIZAÇÃO DE OBRAS DE CONSTRUÇÃO E INSTALAÇÃO DE RELVADO SINTÉTICO NO SEU CAMPO DE JOGOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM SESSENTA VOTOS A FAVOR E UMA ABSTENÇÃO. ----***

-----

***---DÉCIMO NONO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 1ª CORREÇÃO MATERIAL DA 1ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)-----***

***---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL –*** Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

***---DANIEL SAMPAIO (CDU) –*** Em relação ao documento proposto – 1ª Correção Material do PDM de Vila Nova de Famalicão – a CDU entende devidas as correções propostas e, obviamente, não deixará de as votar nesse sentido. No entanto, queremos lembrar a esta Assembleia que, aquando da apreciação da 1ª Revisão do Plano Diretor Municipal de Vila Nova de Famalicão, em Assembleia Municipal realizada em 25 de Junho de 2015, a CDU, no sentido de promover um estudo partilhado do documento e assegurar uma leitura mais fina da proposta final, propôs a constituição de uma Comissão Eventual de Estudo, tendo a mesma sido inviabilizada pelos partidos da maioria. Se aquela pretensão tivesse sido aceite, talvez não tivéssemos de esperar pela constatação, competente, do pessoal dos serviços municipais de ordenamento e gestão urbanística, que foram identificando a existência de discrepâncias entre plantas e a existência de lapsos e incorreções na representação cartográfica na Planta de Ordenamento. A soberba, como neste caso facilmente se avaliará, não é facilitadora da desejável comunhão desta assembleia, já que as opiniões e propostas das representações minoritárias raramente são consideradas, o que é profundamente lamentável. -----

***---PAULO FOLHADELA (PS) –*** Relativamente a este ponto, a minha intervenção será tanto mais do que intervenção também uma justificação daquilo que será o sentido de voto do partido Socialista neste ponto e que será o voto contra. E a razão, no nosso entender, é bastante simples. Se por um lado o ponto não apresenta à partida nenhuma controvérsia, parecendo até a discussão de um ponto pacífico, a verdade é que depois numa análise mais pormenorizada daquelas que são as justificações apresentadas para aquilo que se pretende, ou seja a 1ª Correção Material da 1ª Revisão do PDM, entende o partido Socialista que, aquilo que nos é proposto vai muito mais para além do que aquilo que teria mera retificação de tais lapsos materiais. De fato, se esta figura serviria para

retificar aquilo que seriam lapsos evidentes, incongruências evidentes na Revisão do PDM, encontramos situações que em nosso entender vão muito para além daquilo que era permitido por esta figura de retificação. Encontramos neste documento duas tendências acentuadas, por um lado, o aumento da área de construção ou a permissão de aumento da área com capacidade construtiva, esta é uma tendência evidente nesta suposta retificação de lapsos materiais. E por outro lado, verificamos também em diversos pontos aquilo que é apresentado como justificação e que versa neste documento, é consecutivamente a Câmara Municipal assumir que havia compromissos anteriores nomeadamente, em termos de licenciamentos existentes, nós entendemos que, no tempo devido não foram verificados. Ou seja, porventura terão andado mal os serviços camarários, porque só agora passados quatro anos, verificam que há incongruências com esta Revisão do PDM com aquilo que havia sido licenças já emitidas anteriormente. Sem entrarmos em pormenores, entendemos que, para além daquilo que possam ser efetivamente lapsos materiais, no verdadeiro sentido desta expressão de lapsos materiais, não podemos no entanto, aceitar aquilo que no nosso entender, repetindo e acabando, vai muito além dessa figura e procurando ponto a ponto em casos específicos ir colmatar lapsos que não seriam em nosso entender admissíveis. -----

**---PAULO COSTA (BE)** – Telegraficamente como é timbre, duas questões. Primeiro relativamente ao período de consulta pública, não deixou de ser um pouco estranho, isto foi posto à consulta pública no mês de agosto não deixa de ser *sui generis*. E depois relevar quer dizer, as dezenas e são mais de seis dezenas de erros, de incongruências verificadas, não andam bem os serviços de ordenamento e gestão urbanística do Município com números desta ordem. Mas pronto, que se retifiquem. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE 1ª CORREÇÃO MATERIAL DA 1ª REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA E UM VOTOS A FAVOR, DEZ VOTOS CONTRA E UMA ABSTENÇÃO.** -----

**---VIGÉSIMO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE APOIO AO INVESTIMENTO (PROJETO DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL PROJETO 2IN, TENDO COMO PROMOTOR A EMPRESA RACLAC, SA, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

**---PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – É só um segundo, senhor Presidente, para dizer que o nome desta entidade coletiva já tem passado por aqui algumas vezes, eu já consigo dizer sem gaguejar a RACLAC, SA. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE MODIFICAÇÃO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE APOIO AO INVESTIMENTO (PROJETO DE INVESTIMENTO DE INTERESSE MUNICIPAL PROJETO 2IN, TENDO COMO PROMOTOR A EMPRESA RACLAC, SA, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI APROVADA POR MAIORIA, COM SESSENTA VOTOS A FAVOR, UM VOTO CONTRA E UMA ABSTENÇÃO.** -----

--- **VIGÉSIMO PRIMEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS COM OS MUNICÍPIOS DE SANTO TIRSO, TROFA E VILA NOVA DE FAMALICÃO – MOBIAVE – SERVIÇOS DE MOBILIDADE E GESTÃO DE TRANSPORTES PÚBLICOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)** -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Relativamente à constituição de Associação de Municípios de Fins Específicos com os municípios de Santo Tirso, Trofa e Vila nova de Famalicão - MOBIAVE. A CDU está fortemente empenhada em garantir a melhoria substancial da rede de transporte público de passageiros, também na abrangência intermunicipal, não apenas em modo rodoviário, como também ferroviário e outros sistemas integrados no âmbito da promoção da mobilidade. Sobre o tema em discussão, a proposta do Executivo vem reforçar as razões então apontadas pela CDU na sua Moção sobre o tema, apresentada na Assembleia Municipal de 24 de abril último, e que agora atesta da sua grande atualidade, ao pretender dar abrangência nacional ao exemplo então iniciado nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Na altura, tenhamos presente, a moção da CDU veiculava o interesse dos utentes, em que se atendesse à necessária gratuidade para menores de 12 anos e uma redução de 50% para as pessoas com idade acima de 65 anos. Moção, que solicitava à Câmara intervenção no âmbito da Comunidade Intermunicipal, para que as deslocações em linha, que envolvam o território de Comunidades ou Área Metropolitana contíguas, tenham uma redução de preço correspondente à que, cumulativamente, vigore no território abrangido. E também, que a Câmara Municipal assegurasse, no âmbito de cada aplicação do Programa de Apoio a Redução dos Transportes (PART), em particular no processo de renovação do concurso para a prestação de serviço público, em articulação com a Comunidade Intermunicipal, o aumento da oferta disponível.

Por verificarmos coincidências substanciais entre as posições da CDU e as de agora do executivo camarário, esperando que algumas recomendações sejam tidas em devida consideração pelo Executivo, o nosso voto não poderia deixar de ser a favor da proposta em apreço. Lamentamos apenas que a Moção apresentada pela CDU, em 24 de abril último, tenha sido chumbada pela maioria de direita, o que revela uma enorme incoerência da sua parte, já que a CDU apresentou uma proposta digna de ser seguida pelo Município. Tal como aconteceu e o que muito nos honra.-----

**---PAULO COSTA (BE)** – Dar a informação do sentido de voto do Bloco de Esquerda e será favorável à proposta que nos é apresentada. Relativamente aos estatutos que estão apresentados, primeiro uma sugestão, fala-se aqui no artº.8º nº5, “as convocatórias da assembleia geral são remetidas por carta registada”, parece-me um pouco destituir, eu sei que é as indicações legais mas é convocar os senhores Presidentes de Câmara e parece-me desnecessário. Depois e aí já será uma errata no seu artº.11º o disposto nos números 3,4 e 5 do artº.9 quando deverá ser o artº.8. Mas à vossa consideração. -----

**---PAULO FOLHADELA (PS)** – Relativamente a este ponto, também para dar conta do sentido e da posição do partido Socialista. E desde logo dar conta do seguinte, em primeiro lugar esta medida que é apresentada à Assembleia Municipal, resulta de que efetivamente foi feito um diagnóstico da realidade local. Local e aliás supramunicipal, porque estamos a falar de um conjunto de Municípios e certamente, como neste caso, o Município de Famalicão conseguiu encontrar junto dos seus parceiros vizinhos Municípios uma solução integrada também temos a certeza, como ainda há pouco ouvimos o senhor Presidente da Câmara falar que também vai encontrar uma solução para o problema da mobilidade interna do Município e nomeadamente, da mobilidade na Cidade de Vila Nova de Famalicão apesar de constatar que já desde 2009 esse problema se tem vindo a agravar. Não podemos deixar de ter em atenção o facto de ser uma solução supramunicipal, e no caso concreto também referir que, finalmente está descoberto o Município de Santo Tirso. Nós historicamente tem havido aqui alguma dificuldade em alguns tempos da história encontramos razões comuns com o Município de Santo Tirso. Mas lembro que ainda há tempos, as várias sucessivas administrações do Centro Hospitalar do Médio Ave, falavam da necessidade de articular a capacidade e a mobilidade entre Famalicão e Santo Tirso, nomeadamente, entre as duas valências desta Unidade de Saúde. E de facto, entendemos nós, que esta solução que finalmente foi encontrada, também vem de encontro a essa necessidade de permitir uma articulação maior entre estas duas Unidades e por lógica de serviço e de capacidade de resposta em benefício também de Vila Nova de Famalicão, porque temos a certeza de que isso trará benefícios mesmo em termos de mobilidade ativa para o Município de Famalicão. Isto também representa a descoberta das potencialidades daquilo que é o mundo para lá ou para sul do Rio Ave, nomeadamente, as

potencialidades junto da Área Metropolitana do Porto e dos vários Concelhos que estão a Sul do Rio Ave, nós que somos um Município de fronteira entre o Distrito de Braga e o Distrito do Porto. E isto, poderá representar também o começo de uma discussão que permita também conhecermos os Municípios a Norte no Distrito de Braga e podermos articular também medidas supramunicipais, envolvendo as Comunidades Intermunicipais e Área Metropolitana permitindo encontrar soluções integradas como esta da mobilidade também com outros Municípios, Braga, Guimarães, Barcelos e que tão fundamentais são, numa solução que possa também beneficiar Vila Nova de Famalicão. Por último, também estamos de acordo com esta solução na medida em que vai de encontro às medidas preconizadas pelo Governo atual, no sentido de permitir a agregação de Municípios integrados ou em discussão com as Comunidades Intermunicipais e Áreas Metropolitanas, para que num conjunto de esforços poderem também beneficiar de incentivos financeiros para em última análise beneficiar a população, entenda-se a baixa dos preços dos transportes coletivos. E é nesta circunstância que estamos de acordo com esta proposta. -----

**---POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DE FINS ESPECÍFICOS COM OS MUNICÍPIOS DE SANTO TIRSO, TROFA E VILA NOVA DE FAMALICÃO – MOBIAVE – SERVIÇOS DE MOBILIDADE E GESTÃO DE TRANSPORTES PÚBLICOS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR UNANIMIDADE. -----**

**---VIGÉSIMO SEGUNDO PONTO – APRECIACÃO DA PETIÇÃO APRESENTADA NA SESSÃO ORDINÁRIA DE 24 DE ABRIL DE 2019. (GRELHA E)-----**

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Entramos agora na discussão apenas, que não votação em termos da Lei, da Petição apresentada na Sessão Ordinária de 24 de abril de 2019. É uma Petição que tem que ver com uma oposição à prática de atividades com os animais nos termos constantes do documento que foi distribuído aos senhores Deputados e portanto, eu dou a palavra aos senhores Deputados que pretendam inscrever-se. -----

**---DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Em relação à Petição em apreço. Os promotores desta Petição, ao que julgamos com ligação política ao PAN, partido com assento na Assembleia da República, manifestam repulsa pelas e cito:- “pelos festividades populares tauromáquicas” no Concelho de Vila Nova de Famalicão, e pretendem que as autoridades municipais proíbam tais realizações, mormente por via do não licenciamento dessas mesmas manifestações, em espaço público. É sabido que o PAN apresentou, em 2018, um projeto-lei na Assembleia da República e que o mesmo não passou da discussão na generalidade, já que foi chumbado, sem passar à discussão na especialidade. Em consequência desse facto a CDU estranha que, depois de não ter conseguido atingir os seus

objetivos (proibição, a nível nacional, das atividades em apreço), venha agora o PAN, disfarçadamente e num claro desrespeito pela Assembleia da República, procurar alcançar, em cada município, aquilo que viu inviabilizado no Parlamento Nacional. No respeito e salvaguarda das culturas, identidades e tradições, ocorram as mesmas no território nacional ou no Concelho de Vila Nova de Famalicão, a CDU não pode deixar de condenar estes objetivos do PAN, que evidenciam, objetivamente, um claro ataque à diversidade cultural e universalidade dos direitos. Reconhecemos o direito do recurso ao debate, à sensibilização e à consciencialização sobre o tema, mas não aceitamos uma visão fechada em si mesma, que não admite outras culturas, identidades e tradições, numa lógica de visão única, que atenta contra a diversidade cultural dos cidadãos. Nesta conformidade, a CDU votará contra o teor da Petição, apesar do respeito que lhe merecem todos os subscritores da mesma”.

---**PAULO PINTO (PS)** – Senhor Presidente, uma questão prévia, no ponto da ordem de trabalhos diz apreciação da Petição, imagino que iremos votar a mesma.

---**PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – É apenas discussão nos termos de legislação.

---**ARMINDO GOMES (CDS/PP)** – Como esta Petição não pode ser votada contra, mas o CDS está contra esta Petição. A prática de touradas em Vila Nova de Famalicão, não existe nem nunca existiu, mas se existisse em ia ver a tourada em Vila Nova de Famalicão e ninguém obriga a ir ver a tourada, quem não quiser ir não vai. Eu gosto de futebol e não vou ver futebol aos campos de futebol, porque a agressividade que aparece nas bancadas, na entrada e na saída, não estou para sair de lá com os dentes partidos, não vou ver futebol ao campo de futebol, vejo na televisão porque gosto de ver futebol. Quem não gosta de ver touradas fica em casa, e os filhos dos senhores que estão a favor desta Petição e contra a tourada em Vila Nova de Famalicão se houvesse tourada vêm coisas piores nos telemóveis, na internet que eu não via até aos dezasseis anos e depois os pais não controlam os filhos. Porque se estiver um programa de tourada na televisão, o pai desliga a televisão e não precisa do filho ver a tourada, ou se o pai gosta de tourada faz como eu põe uma televisão em cada quarto e cada um vê a sua. Eu com dezasseis ia ao cinema, estava um indivíduo numa guarita e ninguém tirava bilhete um para o outro, ele olhava para nós e dizia, oh menino ainda tens o pano sujo atrás da porta vai para casa, não entrava para ver o filme que me agradava, eu ia a Santo Tirso e faziam-me a mesma coisa, quando comecei a ter um bocado de pelos na barba então começaram a deixar-me entrar, mas a partir dos dezasseis anos e isso agora não existe infelizmente. A garraizada senhor Presidente de Câmara, em Vila Nova de Famalicão acabou e não tinha que acabar, todos nós gostamos de ver garraizada, até as próprias crianças das escolas com cinco, seis anos e sete como nós tivemos oportunidade de ver aqueles touros pequeninos com dois, três meses, os miúdos entravam

brincavam com os touros e nunca mais vão ter essa oportunidade em Famalicão. E com este licenciamento de não haver garraaiadas em Famalicão também passa para as Freguesias, porque esta Petição diz que é no Concelho de Vila Nova de Famalicão, mesmo numa Freguesia mais agrícola que não seja no centro da Cidade não há garraaiada para ninguém e os miúdos gostavam das garraaiadas. Porque eu nunca vi nenhum touro ir numa ambulância para o hospital, vi alguns indivíduos com uma certa idade entrar numa ambulância e outros com aqueles dentes todos lixados e com as camisas todas rôtas, nunca vi nenhum touro a entrar e ficavam todos contentes e iam embora à vida deles outra vez. Outra coisa que foi proibida em Famalicão, a corrida de galgos. Eu que fui à caça muitos anos, agora vou poucas vezes porque o tempo vai passando, o galgo tem prazer em correr atrás de uma pele de uma lebre, não vai o dono a correr atrás do galgo a chicoteá-lo nem vai em cima dele, o galgo atinge uma velocidade entre 80km/h e 90km/h mas o dono não vai atrás dele e trata-o bem, ponto final. Estão contra a corrida de galgos também, vai acabar tudo em Famalicão. E depois temos outra coisa, esta é a primeira Petição, a segunda vai vir entretanto, se eu ainda cá estiver nesta Assembleia Municipal, vou fazer da mesma forma que estou a fazer hoje, ou acabarem com as feiras da galinhas, acabar com a feira do gado, porque o gado sai de casa é natural vai para a feira logo é maltratado, apanha sol e não bebe quando quer, acabar com a feira dos coelhos, acabar com os cavalos a puxar as carroças ou as charretes, vão passar os donos a puxar e os cavalos deitados em cima das carroças, com a petição temos de ter alguma cautela nisto. Depois, estão aqui a discutir este assunto, mas eu gosto de cães porque eu tenho dois cães lavradores e dois pastores alemães, mas têm uma área de 5000m<sup>2</sup>, não estão em cima de uma varanda de um prédio a incomodar o vizinho de cima, o vizinho de baixo e o do lado, acontece que quando incomodam e o vizinho telefona para a PSP lá ir porque o cão está a fazer muito barulho, dá mau cheiro ao apartamento dum lado, de cima ou debaixo, a primeira pessoa a ser identificada é a que telefona, depois é o dono do cão e depois não pergunta ao dono do cão se tem documentos, e o cão está ali com a cabeça baixa porque ele pode atirar-se abaixo, então prendem rente ao chão nem pode beber e está ali ao sol de manhã à noite porque a varanda é tão pequenina infelizmente, isso é que é maltratar os animais. E esta Petição é muito bonita mas tem um cariz político, isto é só conversa e nós não podemos ir iludidos nesta conversa e acabar com todas as nossas tradições em Vila Nova de Famalicão, nós temos uma zona industrial mas também temos zonas agrícolas, temos tradições dos miúdos que vão para as escolas e têm de ter contacto com a terra, com a areia, com os animais, com o gado e deixar de ter medo destas coisas. As touradas nunca vão existir em Famalicão porque nunca existiu e não é agora que vai haver um campo de touradas, espero bem que a garraaiada e as corridas de galgos voltem a Famalicão.-----

---**PAULO COSTA (BE)** – Vão permitir pôr um pouco de água na fervura. O senhor Deputado, Armindo Gomes, com um jeito até bem-humorado, não deixou de reproduzir aquilo que talvez seja uma mentalidade e sem querer ofender senhor Presidente, uma mentalidade que tem a ver com o modo de vida, esse modo de vida, não é necessariamente o modo de vida que devemos tornar reproduzível e transmissível às novas gerações. Há aqui questões que independentemente de sermos mais ou menos amigos dos animais, por quem eu tenho um especial afeto, mesmo pelos humanos não tenho grande afeto que são uns animais também, mas independentemente disso, acho que deveremos ter o respeito e alguma sensibilidade em relação a estas questões do bem-estar animal, da proteção de minorias, da sensibilização de gerações mais novas, é esta chamada de atenção que aqui este grupo de cidadãos nos trás. E portanto, eu queria dar o outro timbre à nossa discussão relativamente a esta postura e chamar à atenção que, talvez esta abordagem por parte do senhor Deputado do CDS não fosse a melhor.-----

---**ÁLVARO OLIVEIRA (PSD)** – Muito brevemente, senhor Presidente, para dizer duas coisas e retomando as intervenções dos meus colegas eu diria desde já uma coisa, se nós estivéssemos a discutir uma proposta do PAN eu nem sequer viria aqui, estamos a deturpar o que é o funcionamento democrático de uma Assembleia Municipal. A figura da Petição, é uma figura apresentada por cidadãos e não por forças políticas, especialmente não representadas neste plenário. E portanto, vamos pôr um ponto de ordem, eu não estou a discutir qualquer proposta de qualquer partido político que não tenha aqui assento, primeiro ponto. Segundo ponto, não vamos confundir as questões que a todos nós nos preocupam, todos nós podemos ter uma versão mais universalista ou menos universalista sobre a questão dos animais, todos nós podemos discutir a questão da atribuição ou não de personalidade jurídica aos animais, queria fazer aqui um parêntesis, que de facto, ao senhor Deputado, eu entendo que há uma diferença entre os animais e as pessoas, nós temos afeto pelas pessoas tal como temos afeto pelos animais. Isto posto, há um ponto que eu gostaria de realçar aqui, eu penso que esta discussão na forma como está a ser feita é inútil e inócua, porque quer a esta Assembleia Municipal, quer a esta Câmara Municipal, não têm competência jurídica nem legal para deliberar sobre estes assuntos. Portanto, nós temos a posição que temos, o PSD foi dos primeiros partidos a nível da Assembleia da República a levar a efeito e a aprovar leis de proteção de animais e portanto, não é esta questão que nos preocupa. Queria só dar o nosso testemunho, como é óbvio, são questões que nos distinguem, que podem separar pessoas, mas não são questões nem ideológicas, nem questões de direita, nem de esquerda e não são sobretudo questões que possam ser assenhoradas por nenhuma formação política para dizer, nós somos os únicos defensores da causa dos animais.-----

---**DANIEL SAMPAIO (CDU)** – Senhores Deputados, o assunto vale o que vale, mas é só para clarificar aqui três questões que a CDU considera essenciais. Lembram-se que eu comecei a referir que, ao que julgámos com ligação ao PAN os promotores, senhor Deputado, os promotores, e certamente pensará como eu. Depois terminei dizendo que, não acordamos com a Petição, mas que nos merece grande respeito os 500 subscritores da mesma. Não utilizei, enfim, o meu querido colega usou provavelmente e desculpe-me a franqueza, um tom demasiado jocoso, porque o que está aqui em causa é o direito de todos e é aqui que incide, a CDU referiu os acontecimentos na Assembleia da República para dar enquadramento perceptível que suporte a justificação que temos para não estarmos de acordo. Mas estamos de acordo com as atividades que são desenvolvidas nesta linha e apoiamos, e é preciso acordar.-----

---**VIGÉSIMO TERCEIRO PONTO – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL DE CONCURSO PÚBLICO E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO ÂMBITO DA RUBRICA DE PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. (GRELHA E)**-----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Fez a apresentação do documento e disse estar à disposição para qualquer esclarecimento. -----

---**POSTA Á VOTAÇÃO A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO PRÉ-CONTRATUAL DE CONCURSO PÚBLICO E ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL NO ÂMBITO DA RUBRICA DE PRÉMIOS, CONDECORAÇÕES E OFERTAS, TUDO NOS TERMOS DA RESPETIVA PROPOSTA. FOI A MESMA APROVADA, POR MAIORIA, COM CINQUENTA VOTOS A FAVOR E DOZE ABSTENÇÕES.**-----

-----  
**---APROVADAS EM MINUTA DE ATA TODAS AS DELIBERAÇÕES TOMADAS.**

--- Acabada a ordem do dia, passou-se, de imediato, ao período de: -----

-----**DEPOIS DA ORDEM DO DIA**-----

--- Para este período houve duas inscrições do público, o Senhor Fernando Antunes da Freguesia de Mouquim e a Senhora Sandra Pimenta da Freguesia de Ruivães. -----

---**FERNANDO ANTUNES** – Os subscritores da Petição continuam sem uma resposta. O Regimento diz e questionámos se a Petição já foi encaminhada para a Comissão Permanente, conforme o nº 3 do artº.65 do Regimento, se sim, o prazo para a sua apreciação e consequente relatório. Se já houver um relatório, porque é que não foi dada resposta aos peticionários conforme estipula o nº6 do artº.65º do Regimento. Dar aqui uma ressalva, porque é sempre bom ver um debate

com pontos de vista diferentes e calorosos que nunca é visto. Nós poderíamos ter entregado a Petição diretamente à Câmara Municipal como se faz sempre, foi um ato que em trinta anos ou mais nunca aconteceu em Assembleia e é exatamente para que possamos ouvir as vozes divergentes e convergentes connosco, com os signatários desta Petição. Será votada, não será votada, continuamos a querer saber, a quem de direito nos possa responder.-----

**---PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL** – Estimado Munícipe, prestando os esclarecimentos no caso, porque a questão é dirigida à Mesa da Assembleia e não há Câmara Municipal. Nos termos do artº65º do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Nova de Famalicão relativamente à Petição diz: - “ A apreciação dos relatórios relativos às petições.” Portanto, a apreciação, refere apreciação e não a votação. Apreciação foi o que aconteceu, não está prevista a votação. Relativamente ao relatório da Comissão Permanente de Apoio à Mesa, nós entendemos, porque o que pretendem, parece-nos, é a discussão sobre o tema e não especificamente um relatório. O relatório não foi produzido pela Comissão Permanente de Apoio à Mesa e tínhamos duas possibilidades, ou adiar até à próxima sessão da Assembleia Municipal a discussão deste tema que é claro pela exposição e beneficia de muitas assinaturas, portanto achamos que, merecia pela sua adesão pelo número de pessoas e até porque está um bocadinho na moda digamos, que fosse já submetido a discussão na Assembleia Municipal, ou poderíamos ter requerido à Comissão Permanente de Apoio à Mesa que elaborasse um relatório e tinham que esperar mais um bocado e achámos que era mais respeitoso, digamos assim, discutir o tema da Petição do que esperar mais tempo. E foi essa a razão pela qual nós submetemos à discussão imediatamente o tema. De todo o modo, o assunto foi discutido e é essa a resposta que eu gostava de lhe dar, optámos por discutir diretamente a Petição, sendo que o relatório, ia ser um relatório de conformidade formal, basicamente diria qualquer coisa tipo, suponho eu, reúne os requisitos formais para ser submetido a apreciação da Assembleia Municipal, portanto, não se ia pronunciar substantivamente sobre o relatório, digo eu. Essa é a justificação que eu tenho para lhe dar, agradecendo o esforço dos peticionários e certamente mais que não seja, terá oportunidade de os repetir noutras ocasiões sobre outros temas, ou até quem sabe sobre o este.-----

**---Dou a palavra à Senhora Sandra Pimenta.**-----

**---SANDRA PIMENTA** - Senhor Presidente da Câmara, no âmbito da temática das alterações climáticas. Eu questiono se considera que será altura de reunir com as empresas locais, nomeadamente as de agropecuária, e definir estratégias para reconversão das mesmas, caminhando assim para uma produção de alimentos mais sustentáveis, ao invés de continuar a subsidiar, seja com apoios diretos ou isenção de taxas municipais, estas atividades que como sabe, são consideradas altamente poluentes a nível de emissão de gases com efeito estufa assim como

representam um elevado consumo de recursos hídricos, ora o nosso País à semelhança de tantos outros está com graves problemas a nível de escassez de água e degradação dos solos. Portanto, o que é que considera mais importante nesta questão específica, sabendo que ainda esta semana tivemos uma cimeira do clima, hoje uma greve mundial pelo clima, temos toda uma comunidade científica a dizer que precisamos de alterações profundas e que essas alterações passam obrigatoriamente pela forma como produzimos os nossos alimentos e o tipo de alimentos. Não considera que esses apoios deveriam ser direcionados para projetos sustentáveis, que a aprovação dos apoios dependesse da percentagem a nível da pegada ecológica por exemplo, e até em última análise que contribuíssem para uma alimentação mais saudável? -----

---Outro ponto que queria questionar, era saber, dentro da requalificação do centro urbano, se as árvores da Praça Mouzinho Albuquerque e D. Maria II irão ser preservadas ou não? -----

---**PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL** – Às questões que aqui são diretamente colocadas pela Munícipe, Sandra Pimenta, dizer-lhe o seguinte, sobre o *dossiê* das alterações climáticas, como sabe, um dos princípios norteador das políticas ambientais é o princípio do desenvolvimento sustentável. Que nos ensina, em traços muito gerais, que a dinâmica de desenvolvimento deve ser concertada com a dinâmica de proteção ambiental, é isso que nós temos feito no Concelho de Famalicão. Ao mesmo tempo que pugnámos pela melhoria da qualidade de vida das pessoas, queremos que isso se faça de uma forma a respeitar o ambiente e a diminuir os impactos negativos do ponto de vista ambiental. Acresce a tudo isso, que temos criado aquilo a que chamámos “ativos ambientais”, o que temos feito com a política de arborização com os Parques e por exemplo, o que está a acontecer agora com a Pateira em Fradelos que é um ativo ambiental de enorme relevo, na minha convicção, é um contributo local muito relevante para a proteção do ambiente e do clima que nós ambicionámos e para combater as alterações climáticas. Bem sabemos, que este *dossiê* exige políticas mitigadas a diversos níveis e também não podemos centrar-nos só nas empresas quando procurámos identificar quem são os autores de ações nocivas para o ambiente, cada cidadão, também deve adotar comportamentos que tenham a dimensão protetora para o ambiente. E por isso eu associo à recomendação que fez, outra dirigida também aos cidadãos. Quero por isso que saibam, que naquilo que é a ação municipal a componente ambiental é obviamente valorizada, temos tido inúmeras ações direcionadas, algumas a título individual, outras a título coletivo, a empresas e conjuntos de empresas com propósito de que o impacto ambiental seja diminuído. Porque bem sabemos, que as empresas em Famalicão cumprem o quadro legal em vigor, mas nós queremos que dentro desse quadro legal em vigor que haja melhorias do ponto de vista das implicações ambientais das suas ações. E portanto, a Câmara Municipal, tem tido esse cuidado no seu dia-a-dia. -----

